



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN**  
**CAMPUS AVANÇADO DE PATU - CAP**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS - DLV**  
**CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**EMANUELA ALVES DA COSTA**

**LETRAMENTO E OS DOCUMENTOS OFICIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE:  
REFLEXÕES SOBRE AS DIRETRIZES PARA O ENSINO DE LÍNGUA  
PORTUGUESA PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

**PATU**

**2023**

**EMANUELA ALVES DA COSTA**

**LETRAMENTO E OS DOCUMENTOS OFICIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE:  
REFLEXÕES SOBRE AS DIRETRIZES PARA O ENSINO DE LÍNGUA  
PORTUGUESA PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aline Almeida Inhoti**

**PATU**

**2023**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos

### **Catálogo da Publicação na Fonte.**

#### **Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

C837I Costa, Emanuela Alves da  
Letramento e os documentos oficiais do Rio Grande do Norte: reflexões sobre as diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa para alunos com transtorno do espectro autista. / Emanuela Alves da Costa. - Patu, 2023. 61p.

Orientador(a): Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti.  
Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Letramentos. 2. autismo. 3. Documento Curricular do RN. 4. Manual Informativo da Educação Especial. I. Inhoti, Aline Almeida. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

**EMANUELA ALVES DA COSTA**

**LETRAMENTO E OS DOCUMENTOS OFICIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE:  
REFLEXÕES SOBRE AS DIRETRIZES PARA O ENSINO DE LÍNGUA  
PORTUGUESA PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa.

Aprovado em: 30/03/2023

**Banca examinadora**

*Aline Almeida Inhoti*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Almeida Inhoti (Orientadora)

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN

*Luciana Fernandes Nery*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Fernandes Nery

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN

*Antônia Sueli S.*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antônia Sueli da Silva Gomes

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN

Dedico este trabalho a meu Deus por ser sempre o meu refúgio e fortaleza, a meu esposo Luiz Henrique Ribeiro de Paiva e aos meus pais Manoel Moreira da Costa e MariaLuzimar Alves da Costa.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças, saúde e abriu o meu entendimento durante esse processo, permitindo que eu chegasse até a conclusão desta etapa.

Agradeço ao meu esposo Luiz Henrique por toda a compreensão, incentivo e orações durante esses 4 anos, sempre falando “você vai conseguir, você é capaz, eu estou aqui para o que você precisar”, e assim ele esteve realmente presente em todos os momentos em que eu precisei durante esse período, sempre disposto a me ajudar com o que fosse necessário, desde um gesto simples como um abraço “o qual ele amava” ou até a disposição de fazer a leitura de alguns trabalhos “mesmo não gostando”, realmente ele faz parte desta conquista, pois caminhou comigo.

Aos meus pais, Manoel Moreira da Costa e Maria Luzimar Alves da Costa, agricultores simples e humildes que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos, mas sempre me motivaram e incentivaram a estudar. Lembro-me de um dia que falei para minha mãe que iria desistir, e a sua fala foi “você não pode desistir, você vai conseguir fazer aquilo que eu e seu pai não conseguimos”, isso motivou-me a continuar, e pai sempre falando “vocês têm as oportunidades que eu não tive de estudar quando era jovem, então não desistam”, palavras às vezes tão simples, mais carregadas de sabedoria e experiências, que incentivam sempre.

A todos os meus familiares, que sempre estiveram ao meu lado, em especial às minhas irmãs Mislene e Meirelle, por terem me incentivado.

A minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Inhoti, por repartir o seu conhecimento, sempre com todo cuidado, paciência, amor e dedicação durante esse processo. É um exemplo de profissional, que sempre está motivando os seus alunos a serem excelentes profissionais.

Aos amigos e colegas da turma de graduação, em especial a Laura e Ana Luiza, as quais compartilharam momentos únicos ao longo destes 4 anos, formando uma amizade verdadeira que vai para além dos estudos.

Aos colegas do grupo de estudo Ana Letícia, Kaline Dantas, Fayne Oliveira, Jaciara Paiva, Vitória Rachel e Guilherme Mateus.

“É a qualidade do relacionamento professor-aluno que torna o processo educativo e a escola significativos para o educando. É preciso que os professores sejam capacitados para atender à crescente população de crianças com autismo” (ALMEIDA, 2021, p. 140)

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema o letramento na perspectiva dos Novos Estudos de Letramento, envolvendo o ensino de Língua Portuguesa para alunos com Transtorno do Espectro Autista. A pesquisa tem como objetivo geral: refletir sobre o letramento em dois documentos oficiais, o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e Manual Informativo da Educação Especial, a fim de refletir sobre os processos didático-pedagógicos que norteiam os professores de Língua Portuguesa e de Educação Especial, nas práticas de letramento nas escolas do RN. Para tanto, embasamo-nos em Moita Lopes (2006; 2009) e Pereira; Roca (2022) para tecer considerações sobre os estudos da Linguística Aplicada, Kleiman; Assis (2016), Soares (2009) e Street (2007; 2014), que nos deram subsídios nos conceitos e compreensão acerca dos letramentos sociais, e utilizamos estudos sobre a Educação Especial de Cunha (2022), Silvia (2022), Mazzotto (2011), Schmidt (2013), Almeida (2023). Partindo do entendimento de que as práticas de letramento estão intensamente ligadas às vivências de letramentos sociais que cada sujeito possui, não nos limitamos ao letramento como um único conceito fechado, mas sim consideramos os vários letramentos sociais. Desta forma, o *corpus* da pesquisa é o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e o Manual Informativo da Educação Especial. O trabalho é um estudo documental do RN, cujos resultados apontam algumas lacunas como poucas informações sobre como deve acontecer o ensino de alunos autistas, poucos detalhes sobre o trabalho na sala do professor de Educação Especial, quem deve ser assistido pelo professor, como os professores deverão colocar em prática as orientações do documento mais especificamente para alunos autistas. Utilizamos o método dedutivo e de caráter qualitativo a fim de refletir especificamente sobre o letramento e o ensino de Língua Portuguesa para alunos autistas.

**Palavras-chave:** Letramentos; autismo; Documento Curricular do RN; Manual Informativo da Educação Especial.



## RESUMEN

El presente trabajo tiene como tema la alfabetización en la perspectiva de los Nuevos Estudios de Alfabetización, involucrando la enseñanza del portugués a alumnos con Trastorno del Espectro Autista. La investigación tiene el siguiente objetivo general: reflexionar sobre la lectoescritura en dos documentos oficiales, el Documento del plan de estudios de RN – Educación Básica y el Manual Información de Educación Especial, con el fin de analizar los procesos didáctico-pedagógicos que orientan a los profesores de Lengua Portuguesa y Educación Especial, en las prácticas de alfabetización en las escuelas de RN. Para ello nos basamos en Moita Lopes (2006; 2009) y Pereira; Roca (2022) para hacer consideraciones sobre los estudios de Lingüística Aplicada, Kleiman; Assis (2016), Soares (2009) y Street (2007; 2014), que nos dio subsidios en los conceptos y comprensión de las alfabetizaciones sociales, y utilizamos estudios sobre Educación Especial de Cunha (2022), Silvia (2022), Mazzotto (2011), Schmidt (2013), Almeida (2023). Partiendo de la comprensión de que las prácticas alfabetizadoras están intensamente ligadas a las experiencias de alfabetizaciones sociales que tiene cada sujeto, no nos limitamos a la alfabetización como un único concepto cerrado, sino que consideramos las diversas alfabetizaciones sociales. De esta forma, el *corpus* de la investigación es el Documento del plan de estudios de la RN – Escuela Primaria y el Manual Información de Educación Especial. El trabajo es un estudio documental de la RN, cuyos resultados apuntan algunos vacíos como poca información sobre cómo debe ocurrir la enseñanza de los alumnos autistas, pocos detalles sobre el trabajo en la sala de profesores de Educación Especial, quienes deben ser asistidos por el docente, tales como los maestros deben poner en práctica las pautas del documento más específicamente para los estudiantes autistas. Utilizamos el método deductivo y cualitativo para reflexionar específicamente sobre la alfabetización y la enseñanza de la lengua portuguesa para estudiantes autistas.

**Palabras clave:** Alfabetizaciones; autismo; Documento Curricular de RN; Manual de información sobre educación especial.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Capa do Manual Informativo de Educação Especial .....	30
<b>Figura 2</b> – Capa final .....	31
<b>Figura 3</b> – Sumário .....	31
<b>Figura 4</b> – Capa do Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental .....	34
<b>Figura 5</b> – Capa final .....	34
<b>Figura 6</b> – Sumário do Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental .....	35
<b>Figura 7</b> – Subtópico sobre a Educação Especial .....	36
<b>Figura 8</b> – Subtópico Ensino Fundamental.....	37
<b>Figura 9</b> – Subtópico Linguagens .....	37

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CDC	Center of Diseases Control and Prevention
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
DCN-EB	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica
DIREC	Diretoria Regional de Educação e Cultura
EAD	Educação a Distância
EE	Educação Especial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PEI	Plano Educacional Individualizado
PNE	Plano Nacional da Educação
RN	Rio Grande do Norte
SEEC	Secretária da Educação e da Cultura
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TDG	Transtorno Global Do Desenvolvimento
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>12</b>
<b>2 LETRAMENTOS E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA(TEA).....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 A Linguística Aplicada e os Letramentos: desestabilizando padrões .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Educação Especial e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) .....</b>	<b>20</b>
2.2.1 Educação Especial .....	20
2.2.1.1 O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as linguagens do letramento	24
<b>3 POCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>28</b>
<b>3.3 Metodologia.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 Manual Informativo da Educação Especial.....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental.....</b>	<b>32</b>
<b>4 UMA REFLEXÃO SOBRE DOIS DOCUMENTOS OFICIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE.....</b>	<b>38</b>
<b>4.1 Documento Curricular do RN - Ensino Fundamental: reflexões a cerca do letramento.....</b>	<b>39</b>
<b>4.2 Manual Informativo da Educação Especial: reflexões acerca do letramento.....</b>	<b>49</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando se fala de alunos com deficiências, ainda se tem um campo amplo a ser pesquisado e a avançar na educação. Na história, durante muito tempo, a educação desses alunos esteve fora das pautas educacionais e, por vezes, esquecidas. Esse período foi marcado por grandes lutas, através delas foram feitas as conquistas atuais, como a sala de recursos especiais, o direito ao aluno com deficiências ter o seu próprio professor de Educação Especial, para adequar o ensino conforme as suas necessidades.

Dentro deste contexto, estão os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que apresentam dificuldades de interação social em múltiplos contextos, associadas com outras alterações de comportamentos e sensoriais. A temática se torna assim relevante e urgente no meio da educação, por ser um assunto de extrema importância na nossa sociedade atualmente, pois nos últimos anos a população autista tem crescido bastante.

Destacamos a importância das suas necessidades em sala de aula serem atendidas, para que não tenham impactos negativos no seu aprendizado. Por isso, a relevância dada à linguagem, pois a consideramos como prática social essencial para a formação e desenvolvimento desses alunos, especialmente em aulas de Língua Portuguesa, do Ensino Fundamental II. Percebemos um amplo campo para se pesquisar sobre os letramentos nesse meio, utilizando-se dos Novos Estudos do Letramento (STREET, 2007 e 2014) estudos e teorias da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006; 2009 e PEREIRA; ROCA, 2022).

Os estudos da Linguística Aplicada vêm ganhando espaço e se desenvolvendo ao longo dos anos. Segundo Pereira (2022), teve início nos anos 1940, e tem como objeto de investigação “a linguagem como prática social, seja no contexto de aprendizagem de língua materna ou de outra língua” (PEREIRA; ROCA, 2022, p. 25). Os estudos da Linguística Aplicada também abrangem, também, contextos que não são voltados para o letramento escolar e acadêmico, levando em conta os letramentos sociais e os sujeitos presentes na sociedade.

Neste trabalho, analisamos especificamente o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e o Manual Informativo da Educação Especial, a fim de lançar

reflexões sobre os processos didático-pedagógicos orientados aos professores de Língua Portuguesa e de Educação Especial e que devem ser mobilizados na prática de letramento nas escolas do RN. Desta forma este trabalho propõe investigar os letramentos situados nos documentos mencionados, por meio de “investigações aplicadas sobre estudos de linguagem como prática social” (PEREIRA; ROCA, 2022, p. 26), partindo sobre os estudos de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Diante deste contexto, os estudos desta pesquisa buscam responder aos questionamentos: Quais reflexões sobre os letramentos para o ensino da disciplina de Língua Portuguesa presentes no Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e no Manual Informativo da Educação Especial? Quais estratégias didático-pedagógicas são norteadas pelos documentos oficiais, no que se refere às práticas do professor de Língua Portuguesa em conjunto com o professor de Educação Especial?

A fim de responder tais indagações, esta pesquisa tem como principal propósito refletir sobre o letramento em dois documentos oficiais, o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e Manual Informativo da Educação Especial, a fim de refletir sobre os processos didático-pedagógicos que norteiam os professores de Língua Portuguesa e de Educação Especial, nas práticas de letramento nas escolas do RN. Para isso, objetivamos de modo específico:

- a) Compreender o tratamento oferecido ao letramento nos documentos oficiais, mediante as necessidades de trabalho em conjunto por parte dos professores de Língua Portuguesa e dos professores da Educação Especial, com enfoque nos alunos autistas;
- b) Analisar as diretrizes sobre o ensino de Língua Portuguesa e a Educação Especial em dois documentos oficiais, o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e o Manual Informativo da Educação Especial.

Os interesses motivacionais que nos levaram à construção desta pesquisa, encontram-se justificados dentro da perspectiva pessoal, profissional, social e teórica. Nesse sentido, as escolhas que fizemos ocorreram por uma organização sistemática que se ampara em busca de respostas aos questionamentos propostos na pesquisa.

Em relação às motivações construídas a partir do campo pessoal, destacamos o convívio familiar com profissionais que atuam como professores da Educação Especial, especificamente com alunos autistas, além do interesse de uma futura especialização na área. Destacamos os interesses do campo social, mediante a importância deste estudo para as escolas do RN, podendo gerar novas reflexões e melhoria da compreensão do processo de letramento nesse meio.

Nossa pesquisa é relevante para o meio dos estudos da Linguística Aplicada e letramento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois, o presente trabalho possibilitará discussões relevantes para a área. Ainda justificamos a pesquisa como importante para o curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Respektivas Literaturas e para a Universidade do estado do Rio Grande do norte - UERN, Campus Avançado de Patu – CAP, acreditamos que trará contribuições significativas para o curso e acervo da biblioteca.

Concernente ao estado da arte e retomando pesquisas já desenvolvidas na área, destacamos o artigo “Educação integral no ‘Documento Curricular do Rio Grande do Norte: Ensino Fundamental’: potencialidades interculturais e decoloniais”, de Aires; Garcia; Brito (2021), que analisam a Educação integral no documento, sendo o único trabalho acadêmico encontrado, sobre uma análise do documento curricular. Assim, essa pesquisa se diferencia deste, pois visa analisar o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e no Manual Informativo Da Educação Especial “o qual ainda não temos trabalhos acadêmicos que analisem este documento”, compreendendo os diálogos presentes neles e em uma perspectiva do letramento de alunos autistas, nas aulas de Língua Portuguesa.

No levantamento do estado da arte, ainda são considerados poucos os estudos que enfocam o letramento de alunos autistas, tais como: os artigos “Alfabetização e Letramento na Educação Especial: Um Panorama das Teses e Dissertações Brasileiras” de SABARÁ; GONÇALVES; HAYASHI (2022), “Um estudo sobre o processo de alfabetização e letramento, junto aos alunos do 6º ano do ensino fundamental II em uma escola estadual de Manaus” LIMA; RIBEIRO (2022) e “Alfabetização e letramento: um olhar para o processo de aprendizagem de crianças com o transtorno do espectro autista (TEA)” SANTOS; TEIXEIRA; PORTO (2021).

Assim, seguiremos as metodologias fundamentais que permeiam uma pesquisa. Adotamos, a pesquisa documental, partindo do conceito que “vale-se de

materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 1996, p. 45). Nesse sentido, a nossa pesquisa ocorrerá à partir das análises do manual informativo da Educação Especial e do documento curricular do RN - ensino fundamental.

Para compreensão destes eventos consideramos os estudos de Moita Lopes (2006; 2009) e Pereira; Roca (2022) sobre os estudos da Linguística Aplicada, com enfoque nos estudos do letramento, cujos conceitos guiam os nossos olhares. Ainda, pautamos o nosso trabalho em alguns teóricos que estudam especificamente as práticas e os processos que permeiam o letramento (Kleiman; Assis, 2016; Soares, 2009 e Street. 2007; 2014), os quais auxiliarão nos conceitos e compreensão acerca dos letramentos sociais, e utilizamos estudos sobre a Educação Especial (Silvia; Cunha, 2022; Silvia, 2022; Mazzotto, 2011; Schmidt, 2013 Almeida, 2023).

O trabalho está dividido em cinco sessões, a segunda sessão intitulada “Letramentos e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, que são as discussões teóricas, as quais se dividem em 2 subtópicos: o primeiro subtópico aborda o letramento na perspectiva da Linguística Aplicada e dos Novos Estudos do Letramento; o segundo subtópico contextualiza a Educação Especial e o Transtorno do Espectro Autista. A terceira sessão intitulada “Procedimentos metodológicos” é dividido em 3 subtópicos: o primeiro subtópico temos informações das metodologias utilizadas; nos outros trata-se das informações sobre os documentos. Já a quarta sessão intitulada “Uma reflexão sobre os Documentos Oficiais do Rio Grande Do Norte” inicia-se as análises dos documentos, o qual vem se dividir em 2 tópicos: 1º tópico temos a análise do Documento Curricular do RN - Ensino Fundamental e no 2º tópico a análise do Manual Informativo Da Educação Especial. E finalizando temos as considerações finais, aonde notamos que os documentos ainda deixam lacunas em relação ao letramento de alunos autistas.

Dessa maneira, este trabalho visa contribuir para as análises do Documento Curricular do RN - Ensino Fundamental e Manual Informativo da Educação Especial, para reflexões acerca do letramento de alunos com autismo no ensino da Língua Portuguesa do RN.



## 2 LETRAMENTOS E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA(TEA)

### 2.1 A Linguística Aplicada e os Letramentos: desestabilizando padrões

Já é conhecimento que a Linguística Aplicada compreende a linguagem como uma ação. Dessa forma, iremos observar a linguagem e os efeitos que ela produz no meio social. Os estudos dos processos do letramento encontram campo fecundo na Linguística Aplicada, uma vez que analisam a construção do processo de letramento através da linguagem e do meio social ao qual o indivíduo possui, considerando assim a identidade e construção social desse sujeito focando na análise de documentos oficiais do Rio Grande do Norte.

Dentro do crescimento dessa área de estudo, destacamos as pesquisas sobre o letramento que, segundo Pereira; Roca (2022), na sua pesquisa acerca do tema “A produção da pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil”, o estudo sobre o tema letramento ficou em vigésimo lugar com a produção de vinte e oito artigos, evidenciando assim a sua importância para a área. Sobre o letramento, Street (2007) afirma:

Os usos e significados de letramento em diferentes sociedades são semelhantes aos usos e significados do conceito de pessoa. Existe freqüentemente uma relação fundamental entre os campos ideológicos de personalidade e letramento. O que vem a ser uma pessoa, a ser moral e a ser humano em contextos culturais específicos é muitas vezes representado pelo tipo de práticas de letramento em que a pessoa está comprometida. (STREET, 2007, p. 469-467)

Isso nos mostra que o letramento está intensamente ligado às vivências de letramentos sociais que cada sujeito possui, não podendo assim nos limitarmos ao letramento como um único conceito fechado, mas devemos sim considerar as várias formas de letramentos. Segundo Street (2014, p.13), que apresenta um modelo “ideológico” de letramento, “reconhece que as práticas de leitura e escrita estão sempre inseridas não só em significados culturais, mas em alegações ideológicas sobre o que conta como “letramento” e nas relações de poder a ele associadas”. E assim se faz necessário considerar que os letramentos sociais, juntamente com as vivências e ideologias, constroem, em cada sujeito, concepções e visões de mundo, pois, no campo do letramento “nem a teoria nem a prática podem se divorciar de

suas raízes ideológicas” (STREET, 2014, p. 61). Dessa maneira, não é concebível anular o meio social deste sujeito, mas sim deve-se incluir o meio social e a linguagem que permeiam o sujeito dentro do processo de letramento.

O letramento, segundo Soares (2009), está relacionado ao “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever”, considerando o contexto de inserção do indivíduo. Nesse sentido, percebemos que o letramento envolve o meio social do indivíduo. Para Street (2007), os usos e significados de ler e escrever são:

Existem vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais e o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que é enganoso pensar em uma coisa única e compacta chamada letramento. (STREET, 2007, p. 466).

Embasados teoricamente em Street (2007), compreendemos que o letramento é um processo que ocorre através de múltiplos saberes, que estão relacionados a cada contexto cultural e individual de cada sujeito. Nota-se que o processo de letramento ocorre conforme o contexto social em que o sujeito está inserido, não tendo como definir apenas uma forma de letramento, mas sim destacando as múltiplas formas de letramento que estão presentes em cada contexto social, a partir do modo como se apropria do conhecimento a que tem acesso. Para Kleiman e Assis (2016), quando consideramos essa dimensão social da linguagem compreendemos:

Sua importância e contribuição ao ensino e aprendizagem de língua portuguesa, sobretudo naquilo que concerne ao trabalho com as práticas de leitura e de escrita na escola. Nessa experiência, o trabalho com essa concepção de linguagem viabilizou o desenvolvimento de uma metodologia dialógica. (KLEIMAN; ASSIS, 2016, p. 116)

Diante dessa explicação, podemos assim entender que a dimensão social é parte do processo do ensino da Língua Portuguesa e que se torna essencial para um bom desenvolvimento através de interação dialógica, por meio do qual o professor deve respeitar e considerar o meio social na formação desse leitor e produtor de textos para que ocorra um bom desenvolvimento. Há como dever do professor atentar-se às necessidades dos seus alunos, aproximá-los e inseri-los em práticas de letramento.

Segundo Kleiman e Assis (2016, p. 65), quando se parte para o conceito de práticas de letramento, “remete ao conceito social e cultural mais amplo por meio do qual se pensam e se vivem a leitura e a escrita em contextos culturais. Isso significa que as práticas de letramento revelam modos de conceber e viver a escrita”. Partindo desse conceito, compreendemos que as práticas de letramento envolvem todo esse contexto, em que o sujeito está inserido, mostrando assim como ele compreende e vivencia a escrita. Segundo Street:

As relações estruturadas de língua falada e escrita devem ser explicadas em termos de contexto social de oralidade e letramento em diferentes tradições letradas, em vez de exigências cognitivas de produção de linguagem ou aspectos estruturais isolados (universais) das modalidades falada e escrita. (STREET, 2014, p. 24)

Desta forma, o professor da Língua Portuguesa não deve se limitar a apenas uma prática de letramento, a estrutural e escolar, mas sim buscar compreender as práticas de letramentos vivenciadas por seus alunos. É nesta conjuntura que destacamos os alunos da Educação Especial, principalmente os alunos autistas, que tem suas especificidades e dificuldades sobretudo no meio da linguagem. Portanto, cabe ao professor buscar proporcionar práticas de letramento conforme as necessidades dos estudantes.

As práticas de letramento, “são constitutivas da identidade e da personalidade (personhood)” (STREET, 2007, p. 466), construída assim por meio da identidade desse sujeito e segundo a sua personalidade, ocorrendo de uma maneira única para cada sujeito, mediante o seu contexto. Dessa forma, “quaisquer que sejam as formas de leitura e escrita que aprendemos e usamos, elas são associadas a determinadas identidades e expectativas sociais acerca de modelos de comportamento e papéis a desempenhar” (STREET, 2007, p. 466). Fica claro a importância do meio social e da identidade desse sujeito para o processo e práticas dos letramentos.

As visões da Linguística Aplicada frente aos estudos do letramento têm-se mostrado bastante abrangente e frutíferas, mesmo que, por muito tempo, tenham sido concebidas apenas dentro da sala de aula. A Linguística Aplicada tem conquistado novos espaços, podendo partir tanto de uma visão restrita como de uma

visão mais ampla. Nesse contexto, Pereira; Roca (2022) defendem a existência de três visões diferentes nos estudos da Linguística Aplicada.

O ensino e aprendizagem (ex.: trabalhos sobre estratégias de aprendizagem de língua estrangeira), aplicação de Linguística (ex.: investigações sobre os princípios e parâmetros da Gramática Gerativa na interlíngua de aprendizes de língua estrangeira) e investigações aplicadas sobre estudos de linguagem como prática social (ex.: estudos sobre identidade). (PEREIRA; ROCA, 2022, p. 26).

Mediante essas visões, entendemos que há uma necessidade de se compreender e diferenciar qual delas irá ser trabalhada dentro de uma pesquisa, delimitando assim os estudos. Partindo deste entendimento, o nosso trabalho foi realizado a partir da terceira visão, contemplando as investigações aplicadas sobre os estudos de linguagem como prática social, partindo da análise e compreensão de como as teorias do letramento estão presentes em documentos oficiais que focalizam as normativas para o ensino-aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As análises encontram subsídios nos estudos da Linguística Aplicada e dos Novos Estudos do Letramento. Uma das questões caras à Linguística Aplicada é pensar o sujeito, o indivíduo no campo da linguagem. Segundo Moita Lopes (2009):

É necessário re teorizar o sujeito social em sua heterogeneidade, fluidez e mutações, atrelando a esse processo os imbricamentos de poder e desigualdade inerentes. Tradicionalmente, o sujeito da LA tem sido um ser sem gênero, raça e sexualidade. Ou, no máximo, tem sido construído com um gênero, raça e sexualidade fixos do qual não consegue escapar; com a linguagem refletindo o que ele é, ao invés de ser compreendida como um lugar de construção da vida social e, portanto, dele mesmo. (MOITA LOPES. 2009, p. 21)

Dessa forma, entender o sujeito nesta concepção é compreendê-lo na sua individualidade e inserido nas práticas sociais, partindo do entendimento de que pessoas e contexto social não têm como padronizar, pois, cada sujeito é único e localmente situado. Os estudos da Linguística Aplicada procuram descentralizar os padrões hegemônicos, socialmente, culturalmente e historicamente instituídos, e compreender o sujeito nos seus vários aspectos.

Segundo os estudos de Street (2014), os “Novos Estudos do Letramento” é descrito “como uma prática ideológica, envolvida em relações de poder e incrustada em significados e práticas culturais específicas” (STREET, 2014, p. 17). Desta forma, defendemos, neste trabalho, a linguagem como uma prática social, pela qual ocorrem as interações que constroem a vida social e as práticas sociais fazem parte do letramento. Destacamos, assim, a relevância do contexto cultural dos alunos que apresentam NEE (Necessidades Educacionais Especiais), para o letramento.

Ainda, destacamos o crescimento das pesquisas na Linguística Aplicada, que se tem ampliado para vários contextos, em que não está mais apenas limitada à sala de aula, conquistando cada dia mais espaços na sua área. Dessa forma, evidenciamos que, nos seus estudos no Brasil, “a pesquisa em LA tem se espalhado para uma série de contextos diferentes” (MOITA LOPES. 2006, p. 19).

Após apresentamos um breve contexto sobre o campo da Linguística Aplicada e o letramento, neste primeiro tópico, construímos um diálogo entre as duas áreas do conhecimento, ao qual explanou-se sobre os letramentos, conforme a perspectiva da Linguística Aplicada. A seguir, no primeiro tópico explanaremos o contexto da Educação Especial e suas definições e no segundo subtópico discutiremos o que seria o Transtorno do Espectro Autista (TEA), fazendo uma relação entre os alunos autistas e a importância das linguagens no letramento.

## **2.2 Educação Especial e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

### **2.2.1 Educação Especial**

Quando se fala em alunos com deficiências, notamos que ainda há muito a se avançar em pesquisas e direitos para que realmente se possa garantir a essas pessoas a integração em diferentes espaços, inclusive o escolar. Dentro da história que narra os direitos destes alunos, destacamos alguns avanços ao longo do tempo, através de muitas lutas. Mas quando vamos observar como isso se constrói na prática, notamos que ainda existem grandes desafios para se assegurar a esses alunos a efetivação dos seus direitos, garantidos por lei.

Dentro desse contexto, um dos fatores que dificultam a garantia desses direitos para alunos com deficiências é a falta de professores com formação

específica para assumir os cargos na Educação Especial no ensino regular, pois é necessário que tenha no mínimo graduação na área da Educação Especial. Diante dessa realidade, alguns alunos estão sem assistência, podendo ter seu aprendizado dificultado.

A definição de Educação Especial, segundo o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, é:

Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, p. 19)

Em face disso, temos o professor da Educação Especial que deve ser um mediador do aluno, trabalhando junto com o professor e titular da turma, conforme art.9 inciso I da resolução: “o apoio ao professor em sala de aula, quando recomendado na avaliação de ingresso do aluno com NEE<sup>1</sup>, será realizado por um professor auxiliar que atuará em consonância com o professor da SRM<sup>2</sup> e da sala de aula...” (Resolução, 03/2016 CEE/CEB, art. 09, inciso I). O professor da Educação Especial deve ter uma boa relação com o professor titular, trabalhando assim juntos para adequar o ensino, segundo as necessidades do aluno. Para isso, é preciso utilizar práticas pedagógicas que procurem facilitar a participação do aluno na sala de Língua Portuguesa, visto que uma das maiores dificuldades para eles, estão relacionadas à interação social. Então, através dos suportes adequados, como o professor de educação, vai facilitar o desenvolvimento destes alunos em sala de aula.

Ao longo da história da Educação Especial, segundo Mazzotta (2011), podemos notar o avanço e as modificações do tratamento dos alunos, através dos termos utilizados, como a substituição da expressão “alunos excepcionais” por “alunos portadores de necessidades especiais” a partir de 1986, e atualmente passou a utilização de “alunos que apresentam necessidades educacionais especiais”.

---

<sup>1</sup> NEE: Necessidades Educacionais Especiais

<sup>2</sup> SRM: Sala de Recursos Multifuncionais

Tal termo é atualmente utilizado “no contexto escolar para designar aos discentes que apresentam alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem, limitações, e até os que apresentam elevadas capacidades de desenvolvimento, o que gera muitas interpretações.” (SILVIA, 2022, p. 38). De acordo com esse contexto, destacamos as mudanças que ocorreram, com o avanço e cuidado na Educação Especial.

Nesta esfera, temos o professor de Educação Especial, que atua unicamente com o aluno que apresenta necessidades educacionais, trabalhando em conjunto com o professor titular da sala para o melhor aprendizado do educando. Seguindo entendimento de que “não é o aluno que deve se adequar às normas das escolas, servindo-as, mas ao contrário, é a escola que deve contextualizar as necessidades e expectativas destes sujeitos, inclusive considerando o espaço-tempo em que cada um se desenvolve.” (SILVIA; CUNHA, 2022, p. 199). Dessa forma, o professor necessita buscar e adequar o ensino segundo as necessidades educacionais de cada aluno.

Isto requer uma ação cuidadosa no processo de letramento, procurando atender e compreender as necessidades que permeiam o processo individual de cada aluno, respeitando e buscando adequar os processos de letramento segundo o meio social e identidade do aluno.

Atualmente, houve um progresso sobre a área da Educação Especial no Brasil, segundo a matéria publicada no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) em quatro de janeiro, deste ano intitulada “Governo Lula revoga decreto sobre política de Educação Especial e medida é celebrada”:

O decreto 10502/20, assinado por Jair Bolsonaro em 2020 e que incentivava a exclusão de alunos/as com deficiência, foi revogado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma das suas primeiras decisões depois da posse (**decreto 11.370/2023**). A notícia foi celebrada por profissionais da educação e mães de crianças com deficiência porque a medida abria caminho para a criação de escolas especiais para jovens com deficiência e aulas separadas, sem convivência com as outras crianças.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, comemorou a decisão do atual presidente. Ele afirmou ainda que o decreto de Bolsonaro desmanchou todas as políticas sociais de inclusão criadas nos governos anteriores, que tinham uma visão sistêmica da educação, da creche à pós-graduação, junto com uma secretaria voltada para Educação Especial. (CPERS, 2023, n. p.)

O decreto anterior (10502/20) negava o direito de jovens e crianças fazerem parte da escola de uma maneira inclusiva, não podendo conviver com os outros estudantes, deixando assim de terem a oportunidade de aprenderem e conviverem com os demais estudantes e construir um processo de aprendizagem mútuo. É no espaço escolar que as crianças e adolescentes que possuem autismo “podem aprender com outras crianças, exercitar a sociabilidade por mais comprometida que seja e, finalmente, exercer um direito indisponível, o da educação” (SCHMIDT, 2013, p. 138).

Com isso, acabou-se abrindo uma brecha, para que as escolas começassem a rejeitar alunos com deficiência, o que já estava acontecendo bastante, segundo o relato:

A estudante de pedagogia Larissa de Oliveira Soares, mãe de Helena, uma criança com autismo, celebrou a decisão de Lula em suas redes sociais e disse que o decreto foi “vendido” numa falsa ilusão de que os pais poderiam escolher ter o seu filho na escola especializada ou regular. Ela relata que várias decisões judiciais de amigos e conhecidos, pais de crianças com deficiência, foram derrotadas baseadas neste decreto. A estudante também notou que houve um aumento muito grande de recusa de matrícula, em especial nos anos de 2021 e 2022. (CPERS, 2023, n. p.)

Notamos, através do relato, que no período do decreto (10502/20) anterior, os pais estavam enfrentando uma maior dificuldade em matricular os seus filhos nas escolas, mesmo recorrendo acabavam perdendo. Isso demonstra um maior obstáculo para obter o direito garantido na educação, que está amparado dentro da lei para todas as crianças e adolescentes, dado que comprova um retrocesso. Por este motivo, os profissionais respeitados na área da educação comemoraram a revogação do decreto.

Segundo Schmidt (2013), quando se educam todos os alunos em conjunto, “as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais”. Os alunos com deficiências têm a oportunidade de aprender de uma forma, que venha a melhorar sua vida social, o que normalmente é um dos maiores desafios de um autista, o que jamais será possível através do isolamento.



Ressaltamos, ainda, a falta de informações e orientações mais pontuais acerca do ensino de alunos da Educação Especial em documentos oficiais do Rio Grande do Norte. Após um levantamento de dados<sup>3</sup> para esta pesquisa foram encontrados apenas três documentos oficiais no estado: o Manual Informativo da Educação Especial 1ª DIREC/SEEC-RN (2022), Documento Curricular do RN – Ensino infantil (2018) e Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental (2018).

Ainda chamamos a atenção para o Documento Curricular do RN – Ensino Médio, que não se encontra pronto. Segundo informações disponíveis no *site*<sup>4</sup> da 1ª DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura), ele está em construção desde 2018. Além de se ter poucos documentos oficiais, ainda são poucas as informações e diálogos presentes, deixando assim, várias lacunas acerca de orientações sobre o processo de ensino-aprendizado de alunos com deficiências, especificamente os autistas.

Esses documentos oficiais foram uma grande conquista, após vários anos, sem nenhum documento oficial do Rio Grande do Norte, tiveram a atitude de se buscar a sua construção, mas ainda é necessário continuar a busca por avanços, de melhorias e principalmente a conclusão do documento curricular do ensino médio.

#### 2.2.1.1 O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as linguagens do letramento

Segundo Almeida (2021), o termo “autismo” veio a ser utilizado, pela primeira vez, em 1911 por um psiquiatra suíço, chamado Paul Eugen Bleuler. Desde então, os estudos e as definições acerca do que seria autismo veio se modificando e ganhando espaços nos estudos científicos. Atualmente, o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) não se apresenta apenas em um único padrão, mas em:

Vários níveis e classificações típicas e atípicas; as quais correspondem a manifestações psíquicas e comportamentais comprometidas e caracterizadas pelo diagnóstico ancorado no triple: sociocomunicativos,

---

<sup>3</sup> O levantamento de dados acerca dos documentos oficiais do RN, ocorreu principalmente através do *site* “1ª DIREC”, que tem disponível para *download* vários documentos do RN. Disponível em: <https://www.1direc.com/>. Acesso em: 20 Dez. 2022.

<sup>4</sup> Informações retiradas do *site* “1ª DIREC”. Disponível em: <https://www.1direc.com/>. Acesso em: 20 Dez. 2022.

comportamentos repetitivos e estereótipos, podendo estes, serem compatíveis a grau leve, moderado ou severo (PORCINO *et al*, 2022, p. 22)

Desta forma, fica evidente que o autismo não segue um padrão único, pois cada indivíduo vai reagir e ter características específicas podendo mudar bastante de uma pessoa para a outra. Compreendemos que os letramentos ocorrem de acordo com as vivências e contexto social do indivíduo. Através da prática e observação do próprio professor deve ocorrer as adequações para que o seu aluno possa responder ao processo de ensino aprendizagem da melhor forma possível.

Quando se pensa na prática, fica evidente a necessidade urgente de transformações, do contexto escolar que venham a se adequar, aos alunos com deficiências e colocar em prática as orientações que já existem em documentos. Trazer melhorias para essa área da educação significa também que “as práticas devem ser cada vez mais documentadas, pois poucas são as pesquisas que temos ainda quando falamos de inclusão escolar de alunos com TEA.” (SCHMIDT, 2013, p. 138).

Segundo Schmidt (2013), pensar inclusão escolar das pessoas com TEA é enriquecer e diversificar o processo de ensino-aprendizagem, lembrando que “o espectro de sintomatologia e características das pessoas com TEA é tão amplo e tão diverso que se torna impossível traçar normas de como deve ser feita a inclusão desses alunos (SCHMIDT, 2013, p. 138). Desta forma, não há receita ou padrão que deve ser seguido sobre o aluno autista, mas sim uma descoberta entre o professor e o aluno, sobre a melhor forma de conduzi-lo com sucesso para uma melhor aprendizagem e interação com a turma.

A inclusão desses alunos é necessária e urgente em cada escola. Os professores têm o dever de buscar e compreender as formas de linguagem e letramentos, que possam ajudar nesse processo de desenvolvimento da aprendizagem de alunos com autismo, considerando que cada aluno é um ser humano individual, tem sua própria identidade, que deve ser levada em consideração nesse processo de ensino e aprendizagem. Para que aconteça uma educação inclusiva:

Exige a adoção de práticas pedagógicas diferentes das adotadas tradicionalmente, não se concebe mais a utilização de práticas que se pautem pela homogeneidade e que considere uma única forma de

aprender. Pois, a inclusão educacional chama a atenção para a diversidade, questiona os modelos predeterminados, a ideia de aluno ideal e considera privilegiada a interação entre os alunos. (ALMEIDA, 2021, p. 134)

O professor de alunos autistas, tem o desafio de buscar utilizar práticas pedagógicas em sala de aula, partindo do conhecimento que nem sempre o que funciona para os demais alunos irá funcionar para o autista, e que é de grande importância a mediação do professor no processo de ensino e aprendizagem destes alunos.

Em 1982, tivemos a criação da Graduação em Educação Especial na UFSM, desde então tivemos crescimento tímido desta área:

[...] atualmente sete cursos ofertados no Brasil, sendo apenas dois por Universidades públicas (UFSM e UFSCar). Os demais são ofertados por IES privadas, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Houve um aumento na oferta de Cursos de Graduação em Educação Especial na modalidade EaD, totalizando 17 Cursos. Somente o Curso de Graduação EaD da UFSM é público e gratuito, o restante vem sendo ofertado por IES privadas, também localizadas nas regiões Sudeste e Sul. (CASAGRANDE; MAINARES, 2021, p. 131)

Há poucos cursos ofertados no país, e apenas três dos dezessete cursos em universidades públicas. Fica evidente, desta forma, que são necessários investimentos em aberturas de cursos de graduação em Educação Especial. Para o profissional que procura apenas informações básicas sobre a Educação Especial tem várias opções gratuitas, mas para um aprofundamento maior, as opções são poucas e ocorrem principalmente em instituições particulares. Atualmente no Rio Grande do Norte, só temos ofertas de cursos de graduação em instituições privadas e apenas no formato EAD.

É comum “alunos com autismo possuir dificuldades em aceitar mudanças de objetos, rotinas, dentre outras, é imprescindível que o professor, organize uma rotina previsível que antecipe para o aluno o que acontecerá durante o tempo em que passará na escola” (ALMEIDA, 2022, p. 135). Então, o professor deve ter o cuidado de organizar e manter uma rotina para que o aluno venha se sentir seguro nesse ambiente escolar. Normalmente, quando um aluno autista muda de professor há uma grande dificuldade de aceitação e novo professor tem que buscar através do diálogo e paciência conquistar a confiança do aluno. Chamamos a atenção para o

fato de que nas licenciaturas atuais não se tem disciplinas específicas acerca do ensino de alunos com deficiências.

É comum o autista não conseguir compreender o conceito de uma palavra em sua completude, como “a palavra macaco signifique, simultaneamente, um animal é um acessório de carro. Adicionalmente, esses indivíduos tendem a ser extremamente literais, manifestando dificuldades em compreender metáforas, ironias e outras figuras de linguagem.” (SCHMIDT, 2013, p. 148). Dessa forma, cabe ao professor o cuidado com a linguagem no processo de ensino desses alunos, para adequar uma linguagem que venha a ajudá-lo, utilizando de leituras e escrita de assuntos que são de interesses pessoais de cada aluno, podendo incentivar a escrita sobre imagens, pois uma das características do autismo é ser muito visual.

Um facilitador para o processo de aprendizagem de alunos com deficiências é a adaptação de materiais segundo a necessidade individual. Para Silva (2021), “tanto a interação quanto a adaptação de materiais oportunizam a criação de novas alternativas didáticas pedagógicas ao professor, bem como a revisão da sua metodologia de ensino.” (SILVA, 2021, p. 278), portanto, o professor deve estar aberto a mudanças na forma de ensino e aprendizagem de alunos com deficiências.

Para que a inclusão venha realmente a acontecer é necessário:

Uma mudança de postura de olhar acerca da deficiência, implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual, o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. (SCHMIDT, 2013, p. 136-137)

A educação de alunos com deficiências requer mais investimentos, para que esses alunos venham a permanecer na escola, ter acesso a uma educação de qualidade segundo as suas necessidades. O princípio, para essa inclusão ocorrer, é o esforço conjunto dos estados e municípios de colocarem em prática os direitos garantidos já por documentos oficiais, o que já seria um grande avanço na Educação Especial.

### 3 POCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.3 Metodologia

Fazer pesquisa requer que “as ações desenvolvidas ao longo de seu processo sejam efetivamente planejadas” (GIL, 1996, p. 19). Partindo desse sentido, a nossa pesquisa ocorreu através de um processo racional e sistemático, em que utilizamos métodos e técnicas cuidadosamente, para que pudéssemos responder às nossas problemáticas.

Os primeiros passos de uma pesquisa é a formulação do problema, dentro da área escolhida pelo pesquisador. Desta maneira, após um levantamento de dados e leituras dos documentos oficiais do RN, escolhemos analisar especificamente o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e o Manual Informativo da Educação Especial, afim de lançar reflexões sobre os processos didático-pedagógicos orientados aos professores de Língua Portuguesa e de Educação Especial que devem ser mobilizados na prática de letramento das escolas do RN.

Adotamos a pesquisa documental baseando-nos que “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 1996, p. 45). Nesse sentido, a nossa pesquisa ocorrerá a partir das análises do Manual Informativo da Educação Especial e do Documento Curricular do RN - Ensino Fundamental. Escolhemos os dois documentos pois notamos que ocorrem um diálogo entre eles, o Manual Informativo da Educação Especial vem acrescentar informações e orientações sobre a educação de alunos com deficiências, que não se encontram no Documento Curricular do RN - Ensino Fundamental.

Assim, compreendemos que a nossa problemática adequar-se à pesquisa documental, sendo importante a sua utilização dentro da pesquisa. Por isso, optamos por essa abordagem. Acreditamos que esta é uma maneira eficaz de responder aos nossos questionamentos, refletir e discutir os letramentos de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no RN nos documentos oficiais.

Para realização desta pesquisa, utilizamos o estudo documental, método dedutivo e de caráter qualitativo a fim de analisar especificamente como é tratado o

Letramento de alunos autistas no Manual Informativo Da Educação Especial e Documento Curricular Do RN - Ensino Fundamental. Em se tratando dos documentos oficiais escolhidos possuem um espaço fundamental no nosso trabalho, visto que as reflexões são construídas através deles.

Deste modo, utilizamos como elementos norteadores o processo de letramento sobre o contexto dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na disciplina de Língua Portuguesa, tendo como os principais suportes teóricos para o seu desenvolvimento, os estudos da Linguística Aplicada partindo da visão de “investigações aplicadas sobre estudos de linguagem como prática social (ex.: estudo sobre identidade” (PEREIRA; ROCA, 2022. p. 26).

Para compreensão destes eventos, foram feitas as leituras de Moita Lopes. (2006; 2009), Pereira; Roca (2022), Kleiman; Assis (2016), Soares (2009), Street (2007; 2014), que auxiliarão nos conceitos e compreensão teórica.

### **3.1 Manual Informativo da Educação Especial**

O Manual da Educação Especial do Rio Grande do Norte, escrito por Ana Paula Silveira foi publicado em fevereiro de 2022, no formato de *ebook*, com intuito de reunir informações mediante documentos já existentes com o propósito de facilitar a comunicação entre alunos e professores da área. O *ebook* foi disponibilizado para *download* no *site* oficial da 1ª DIREC.

Nesse período, estava acontecendo o retorno às aulas presenciais das escolas estaduais e municipais do estado do RN, um período novo e desafiador para todos no meio da educação, ainda com a sombra do medo pelo Covid-19<sup>5</sup>. Segundo a apresentação do manual informativo:

Foi construído com o intuito de compilar as informações gerais a respeito da Educação Especial, visando facilitar a comunicação entre os envolvidos no processo de desenvolvimento dos estudantes NEE, seja gestores, coordenadores, professores e toda a comunidade escolar. Este material traz consigo conhecimentos básicos, específicos que se fazem importantes para a articulação e oferta de um serviço de melhor qualidade aos nossos alunos

---

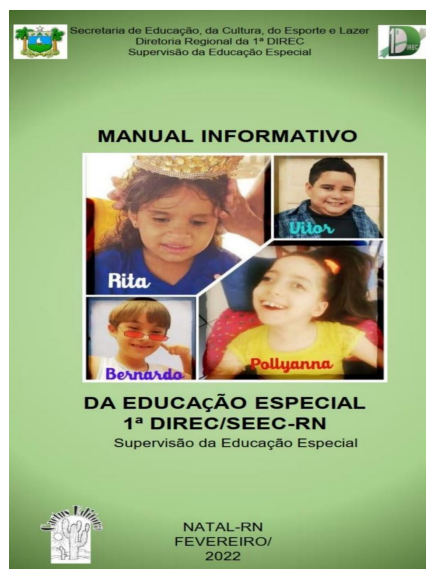
<sup>5</sup> Foi um período pandêmico que se iniciou no ano de 2020, o qual vivenciamos um isolamento social. Nesse contexto, as instituições de ensino tiveram que optar pelo ensino online, para garantir a continuidade das atividades de ensino até o final de 2021.

e para um melhor desempenho dos profissionais envolvidos. A Supervisão da Educação Especial desta Diretoria Regional de Educação e Cultura vem elucidar com esta iniciativa os questionamentos mais frequentes realizados pelas escolas, quanto às atribuições de cada profissional, documentos que devem preencher, como devem ser organizados e melhor aproveitados pelos professores pela escola, os serviços que são oferecidos pela SEEC/SUESP através dos Núcleos, Centros e Projetos, contatos importantes, entre outras informações. (SILVEIRA, 2022, p. 4)

Ressaltamos, a importância e conquista que é, o primeiro documento oficial do RN que trata exclusivamente da Educação Especial. Mesmo se tratando apenas das orientações e informações gerais, o documento ainda é uma conquista desta área. Este documento tem o intuito de tentar ajudar o professor da Educação Especial, a ter um melhor desempenho e a tirar dúvidas básicas sobre o ensino.

Capa do Manual Informativo da Educação Especial (figura 1), no seu centro temos imagens de crianças com deficiências, com nome em cada foto, informações do local e data de publicação, os símbolos do RN, 1ª DIREC e editora. A cor verde é utilizada no setembro verde, o mês da inclusão social de pessoas com deficiências, desta forma a escolha da capa verde vem representar isso como símbolo da luta e da esperança. A capa final segue o mesmo estilo da capa inicial com a cor de fundo verde a qual simboliza a luta por igualdade, mas também vem como a cor que representa o RN, em seu centro estão as siglas e símbolos dos apoiadores do *ebook* e abaixo o código de barra do documento.

**Figura 1** – Capa do Manual Informativo de Educação Especial



Fonte: Manual Informativo da Educação Especial (2022)

Figura 2 – Capa final



Fonte: Manual Informativo da Educação Especial (2022)

Figura 3 – Sumário

ÍNDICE	
<b>APRESENTAÇÃO</b>	
<b>1. Entendendo do que se trata a Educação Especial (EE) .....</b>	<b>07</b>
<b>2. Serviços ofertados pela SEEC-RN para a Educação Especial .....</b>	<b>09</b>
a. NAEHD .....	09
b. NAAHS .....	09
c. PROJETO CUIDADORES.....	10
d. NTA.....	11
e. CENTROS.....	11
<b>3. Funções dos servidores da EE que compõem a rede estadual de educação do RN.....</b>	<b>14</b>
a. Professor de Educação Especial .....	14
b. Professor de Libras .....	16
c. Tradutor e Intérprete de Libras .....	17
d. Professor da SRM.....	18
<b>4. Orientações gerais para o funcionamento dos serviços/Perguntas frequentes .....</b>	<b>22</b>
a. Quem pode se matricular como estudante NEE? Quem deve ser assistido pelo professor? .....	22
b. Quem pode ser atendido na SRM?....	24
c. Quantos alunos NEE podem ter em uma mesma sala de aula?.....	24
d. Organização das turmas .....	25
e. Quem pode receber Carga Horária Suplementar.....	25
<b>5. Documentos a serem preenchidos pelos professores.....</b>	<b>26</b>
a. Parecer pedagógico .....	26
b. PEI .....	30
c. PAEE .....	32
d. Relatórios semestrais .....	35
<b>6. Processo Avaliativo .....</b>	<b>37</b>
a. Planejamento .....	37
b. Nota .....	37
c. Adaptação de atividades.....	39
<b>7. Referência dos Documentos norteadores da Educação Especial no RN/ Referências bibliográficas.....</b>	<b>39</b>
<b>8. Contatos úteis.....</b>	<b>41</b>
<b>9. AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>43</b>
<b>10. POESIA.....</b>	<b>44</b>

Fonte: Manual Informativo da Educação Especial (2022)



O sumário do Manual informativo de Educação Especial se encontra nas páginas 6 e 7 do *ebook* e está dividido em dez capítulos, entre os quais, cinco deles tem subtópicos.

O documento é composto por quarenta e seis páginas, divididas em: 1. Entendendo do que se trata a Educação Especial (EE); 2. Serviços ofertados pela SEEC-RN para a Educação Especial; 3. Funções dos servidores da EE que compõem a rede estadual de educação do RN; 4. Orientações gerais para o funcionamento dos serviços/Perguntas frequentes; 5. Documentos a serem preenchidos pelos professores da EE, SEM; 6. Processo Avaliativo; 7. Referência dos Documentos norteadores da Educação Especial no RN/ Referências bibliográficas; 8. Contatos úteis; 9. Agradecimentos e 10. POESIA.

No final do documento, apresentado como capítulo 10, temos uma poesia produzida por uma mãe de criança deficiente.

### **3.2 Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental**

O documento curricular foi construído através de todo um coletivo, tendo como base as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Plano Nacional da Educação – PNE, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – DCN-EB, Base Nacional Comum Curricular – BNCC – e as junções de várias experiências e aprendizagem dos próprios professores da região potiguar, o que acaba contribuindo para a construção da identidade regional dentro do *E-book*. Segundo o documento:

As redes de ensino do Rio Grande do Norte tiveram, ao longo de 2018, o desafio de consolidar, em regime de colaboração Estado-Municípios, um documento curricular de referência para as escolas do Rio Grande do Norte em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e que institui e orienta um “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem desenvolver” ao longo de suas etapas – Educação Infantil, Ensino Fundamental e respectivas modalidades, estando o Ensino Médio em processo de homologação (BRASIL, 2017b). (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 7)

Percebemos, que a construção dos documentos ocorreu durante o período do ano de 2018, de uma maneira coletiva, tendo a oportunidade de todos participarem e contribuírem. No dia 11 de agosto de 2018, o RN abriu consulta pública para qualquer potiguar que quisesse contribuir com sugestões para o documento. Essa consulta foi lançada pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Secretaria Estadual de Educação e Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). O Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental:

É fruto de um trabalho colaborativo, que envolveu articuladores dos diversos segmentos das redes estadual, municipais e privada e os Conselhos Estadual e Municipais de Educação, entre outros colaboradores. Configurou-se como um processo democrático na medida em que as escolas se mobilizaram e puderam contribuir significativamente na sua construção. As observações e sugestões apresentadas por meio da consulta pública foram categorizadas e sistematizadas, aperfeiçoando-se o texto original. A elaboração deste Documento Curricular contou com a participação de professores e agentes da sociedade civil, por meio de mais de 15 mil acessos a consulta pública on-line. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 8)

Desta forma, percebe-se que aconteceu uma grande cooperação dos profissionais da área na escrita do documento, o que só veio a agregar valor e identidade, deu oportunidade a todo e qualquer estudante e cidadão interessado, participar e contribuir na elaboração do documento curricular. Destacamos a importância dos documentos para a educação, pois foi uma conquista da conclusão dos primeiros documentos oficiais do Rio Grande do Norte.

O *Documento Curricular Do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental*, foi aprovado em 26 de novembro de 2018, período que tinha como secretária de Educação do RN, Cláudia Santa Rosa. Lembramos que o documento ainda foi aprovado na gestão do governo Robinson Faria (2014-2018) e está em vigor até hoje. Sua publicação foi no formato de *e-book*, foi disponibilizado para *download*.

Os documentos foram criados com o objetivo de ser referência para todas as escolas públicas e privadas do estado. Após quatro anos da aprovação do documento curricular do ensino fundamental, o do ensino médio continua em processo de homologação.

A capa do Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental (figura 5), contém os apoiadores deste documento e o *design* visual

com várias cores, que vem a representar a coletividade da sua construção. No mesmo *design* da capa inicial, temos a capa final (figura 6) do documento com os nomes dos apoiadores e o código de barra do documento.

**Figura 4** – Capa do Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental



Documento Curricular do Estado do  
**RIO GRANDE DO NORTE**  
**ENSINO FUNDAMENTAL**



Fonte: Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental (2018)

**Figura 5** – Capa final



Fonte: Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental (2018)

O sumário do Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental está organizado em sete partes com subtópicos. A primeira parte em dez subtópicos; segunda quatro; terceira e quarta não tem subtópicos; a quinta em dois; a sexta e sétima não tem subtópicos. Analisaremos partes do subtópico “7.2 Educação Especial” e a sessão intitulada “linguagens”.

**Figura 6** – Sumário do Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1. A Educação Básica .....	13
2. Fundamentos e Concepções do Documento Curricular.....	15
3. Competências Gerais da BNCC e do Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte .....	19
4. Pressupostos do Trabalho Pedagógico .....	23
5. Educação em Direitos Humanos.....	25
6. Educação das Relações Étnico-Raciais .....	30
7. Orientações Básicas em Relação às Modalidades .....	32
8. Ensino Fundamental .....	50
9. Avaliação no Ensino Fundamental .....	53
10. A Transição entre as Etapas da Educação Básica .....	56
<b>LINGUAGENS</b> .....	<b>58</b>
Língua Portuguesa.....	59
Arte.....	385
Educação Física .....	626
Língua Inglesa .....	667
<b>MATEMÁTICA</b> .....	<b>734</b>
<b>CIÊNCIAS DA NATUREZA</b> .....	<b>837</b>
<b>CIÊNCIAS HUMANAS</b> .....	<b>904</b>
Geografia .....	906
História .....	974
<b>ENSINO RELIGIOSO</b> .....	<b>1041</b>
<b>MARCOS LEGAIS</b> .....	<b>1065</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>1067</b>

Fonte: Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental (2018)

No capítulo 4, vamos para as análises dos documentos oficiais, iniciaremos nossas reflexões do Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental, analisando algumas partes do subtópico intitulado “Educação Especial” (figura 7), que se encontram entre as páginas 33 a 34, seguiremos para o subtópico “Ensino Fundamental” (figura 8), que se encontra entre as páginas 50 a 52, e por fim traremos reflexões sobre o subtópico “Linguagens” (figura 9).

**Figura 7 – Subtópico sobre a Educação Especial**

- trabalhar oportunidades educacionais apropriadas, considerando suas características, interesses, condições de vida, trabalho e, principalmente, projetos de vida, bem como o uso competente de suas habilidades, o que tem res-

### 7.2 Educação Especial

Em contexto de inclusão, a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades; é complementar ou su-

33

ENSINO FUNDAMENTAL  
Orientações básicas em  
relação às modalidades

plementar à escolarização, e não substitutiva. Entre outras funções, a Educação Especial deverá realizar a operacionalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)<sup>3</sup> e prover serviços e recursos pertinentes às necessidades específicas dos estudantes na/com/para escola comum, considerando, a priori, a escola como “espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva” (BRASIL, 2017b, p. 14).

Essa configuração educacional está embasada na Constituição Federal, quando, no Artigo 205, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e, no Artigo 208, Inciso III, institui a garantia do atendimento educacional especializado. Por sua vez, a LDB, em seu Artigo 58, também reitera a organização da Educação Especial como modalidade, estabelecendo no Artigo 59 que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996)

Conforme determinado na LDB, os sistemas de ensino deverão garantir a organização pedagógica adequada às necessidades educacionais especiais dos estudantes, bem como a composição de quadro de professores com formação para atuar com a diversidade e as diferenças. Essa é uma diretriz política respaldada no movimento da Educação Inclusiva, paradigma educacional balizado na concepção de Direitos Humanos que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis (BRASIL, 2008).

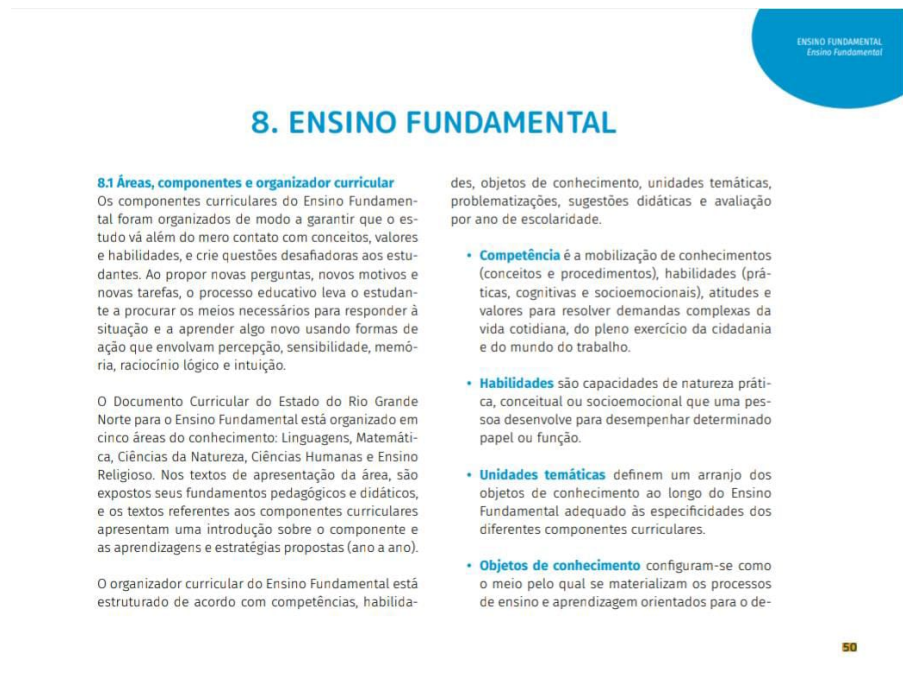
Esses fundamentos são reafirmados em vários outros documentos: Decreto Legislativo n. 186/2008

<sup>3</sup> O AEE é um serviço da educação especial que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 17).

34

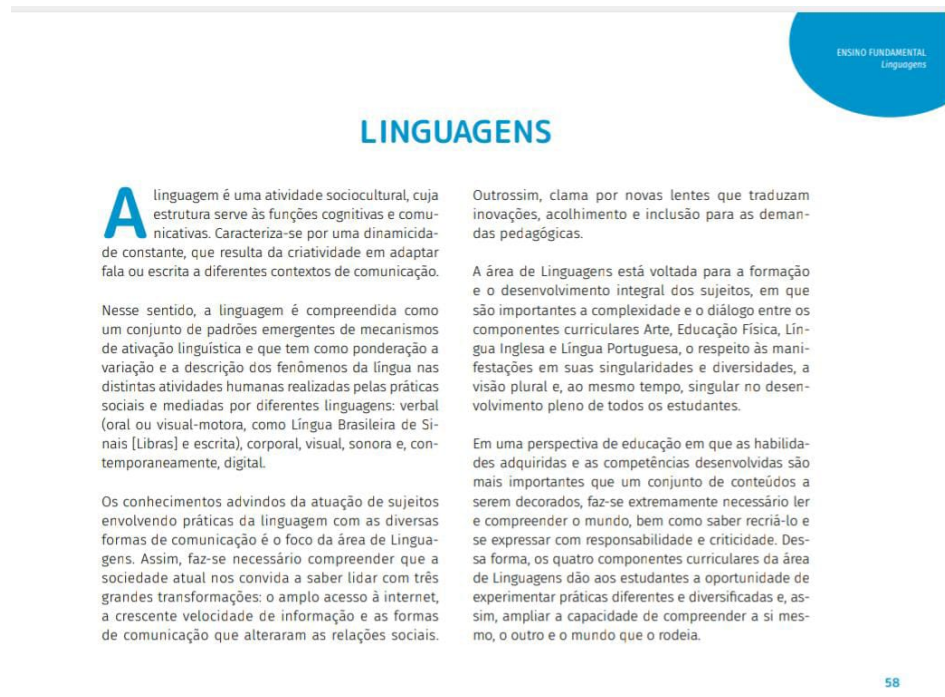
Fonte: Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental (2018)

**Figura 8 – Subtópico Ensino Fundamental**



Fonte: Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental (2018)

**Figura 9 – Subtópico Linguagens**



Fonte: Documento Curricular do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental (2018)

#### 4 UMA REFLEXÃO SOBRE DOIS DOCUMENTOS OFICIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

Diante da reflexão realizada durante dos capítulos anteriores a respeito do letramento, consideramos que o contexto social e individualidade de cada sujeito deve ser levado em conta, principalmente do autista. Contemplamos assim uma análise embasada nas investigações sobre os estudos de linguagem como prática social, especificamente reflexões sobre o letramento em documentos oficiais do RN.

Neste contexto, focaremos na análise do letramento na Educação Especial prioritariamente de alunos autistas, sobre as informações que estão presentes no Manual Informativo da Educação Especial e Documento Curricular do RN - Ensino Fundamental.

Em relação aos autistas:

De acordo com dados do Center of Diseases Control and Prevention (CDC), dos Estados Unidos, 2% da população mundial são autistas, já no Brasil estima-se que existam 2 milhões de pessoas com espectro, porém, o número exato ainda é incerto, por isso a Lei 13.861/2019 sancionada em 2019 obriga o IBGE a perguntar sobre o autismo no censo populacional, possibilitando saber quantas pessoas no país apresentam o transtorno e como os diagnósticos estão por região. (ALMEIDA, 2023, n. p.)<sup>6</sup>

Estes dados nos permitem perceber que há um grande percentual de autista, porcentagem que estão incluídos os alunos com autismo no ensino fundamental. Mediante esse contexto, há alunos que necessitam de acompanhamento de professores específicos da Educação Especial. Quando se fala da educação de autista, notamos as dificuldades que têm surgido, ao longo desse período, sobre o letramento desses sujeitos nas escolas públicas e privadas.

No próximo subtópico, analisamos especificamente como é tratado o Letramento de alunos autistas no Manual Informativo da Educação Especial e

---

<sup>6</sup> CDC (Center of Diseases Control and Prevention) que é traduzido para o português como Centro de Controle de Doenças e Prevenção. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.espacodopovo.com.br/saude/tea-transtorno-do-espectro-autista-disturbio-do-neurodesenvolvimento/> . Acesso em: 23 fev. 2023.

Documento Curricular do RN - Ensino Fundamental. A intenção não é lançar julgamentos sobre os documentos, mas refletir como a temática do Letramento de alunos autistas é abordada nos documentos. Tentando, assim, dialogar com as teorias dos letramentos e identificar as semelhanças e diferenças presentes entre os dois documentos.

#### **4.1 Documento Curricular do RN - Ensino Fundamental: reflexões a cerca do letramento**

Conforme abordamos no capítulo 2, o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental foi construído ao longo do ano de 2018 em conjunto com as redes de ensino do Rio Grande do Norte, com a colaboração de Estados e Municípios. O documento foi construído “em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)” (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 7). O termo de colaboração para a sua construção teve “a adesão total dos 167 municípios e firmou, entre o Estado e os Municípios, o compromisso com a garantia das aprendizagens dos estudantes de todas as redes de ensino do território potiguar” (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p.7). Tendo, dessa maneira, a expectativa de contribuir com os estados e municípios na sua construção, para agregar o conhecimento e experiências ao documento.

A construção do documento ocorreu através de um trabalho de colaboração que envolveu redes de ensino públicas e privadas. Tornou-se, assim, um:

Processo democrático na medida em que as escolas se mobilizaram e puderam contribuir significativamente na sua construção. As observações e sugestões apresentadas por meio da consulta pública foram categorizadas e sistematizadas, aperfeiçoando-se o texto original. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 8)

Desta forma, o processo de construção deste documento teve diversas sugestões e contribuições de várias áreas, contando com “a participação de professores e agentes da sociedade civil, por meio de mais de 15 mil acessos a consulta pública on-line” (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 8).

O documento contém 1.102 páginas, das quais apenas um subtópico “7.2 Educação Especial”, contendo 8 páginas, falam sobre a Educação Especial, uma



porcentagem mínima de apenas 0,72..%, o que deixou ainda muitas lacunas como poucas informações sobre como deve acontecer o ensino de alunos autistas, poucos detalhes sobre o trabalho na sala do professor de Educação Especial, quem pode se matricular como estudante Necessidades Educacionais Especiais (NEE); quem deve ser assistido pelo professor, e questionamentos acerca do assunto, como os professores deverão colocar em prática as orientações do documento mais especificamente para alunos autista, que o documento não veio a falar especificamente do aluno autista, ficando assim algo vago e superficial sobre o assunto. Com embasamento destes questionamentos e necessidades, foi construído em 2022 o Manual Informativo da Educação Especial.

A sua divisão ocorre em: Introdução (1. A Educação Básica, 2. Fundamentos e Concepções do Documento Curricular, 3. Competências Gerais da BNCC e do Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte, 4. Pressupostos do Trabalho Pedagógico, 5. Educação em Direitos Humanos, 6. Educação das Relações Étnico-Raciais, 7. Orientações Básicas em Relação às Modalidades, 8. Ensino Fundamental, 9. Avaliação no Ensino Fundamental, 10. A Transição entre as Etapas da Educação Básica); Linguagens (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa); Matemática, Ciências Da Natureza; Ciências Humanas (Geografia e História); Ensino Religioso; Marcos Legais e Referências Bibliográficas.

Chamamos a atenção para o fato de que, em nenhum momento o documento menciona diretamente o termo autismo, há apenas uma única menção ao transtorno global do desenvolvimento (TDG), grupo do qual o TEA faz parte. Isso demonstra que o documento apesar de ter sido construído de uma forma coletiva, ainda deixou de lado os autistas, não tendo o cuidado de detalhar e considerar as orientações e especificidades dos alunos deficientes e principalmente os autistas. Notamos que o documento se limita a orientar e falar sobre a educação especial apenas no seu subtópico intitulado “7.2 Educação Especial”, o que não é mencionado nos subtópicos de linguagens e ensino de Língua Portuguesa, ficando assim evidente a falta de diálogos entres esses tópicos. Entretanto, o próprio documento vem orientar que se tenha um diálogo constante entre o professor da Educação Especial e demais professores e escola.

Fica assim, evidente que as orientações para o ensino incluem e detalha muito mais os outros alunos do que os deficientes e principalmente alunos autistas.

A educação especial é um amplo campo do ensino em que os documentos relacionados ao ensino devem buscar detalhar e se aprofundar mais nas suas orientações e informações, pois, por vezes o documento oficial deixa orientações vagas e superficial sobre o ensino dos alunos autistas, que por mais que venham ter um professor da Educação Especial disponível, não deixa de ser aluno do demais professores então não deve-se deixar essas informações de lado.

Segundo o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental a linguagem é:

Uma atividade sociocultural, cuja estrutura serve às funções cognitivas e comunicativas. Caracteriza-se por uma dinamicidade constante, que resulta da criatividade em adaptar fala ou escrita a diferentes contextos de comunicação. Nesse sentido, a linguagem é compreendida como um conjunto de padrões emergentes de mecanismos de ativação linguística e que tem como ponderação a variação e a descrição dos fenômenos da língua nas distintas atividades humanas realizadas pelas práticas sociais e mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Língua Brasileira de Sinais [Libras] e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 58)

Desta forma, o documento, apesar de defender que a linguagem ocorre e é construída através das relações sociais e culturais, focaliza a estrutura à serviço de funções cognitivas e comunicativas. A criatividade e a dinamicidade da língua baseiam-se em adaptações da fala e escrita, o que intensifica o fato do documento definir a linguagem como uma estrutura à serviço da cognição e comunicação, isentando práticas sociais e os sujeitos que nela estão inscritos. É a língua sendo definida como formas linguísticas, definição esta legitimada socialmente, historicamente e ideologicamente que pouco ou nada leva em conta sujeitos reais, com suas diferentes manifestações de linguagem.

Neste trecho, não é mencionado a linguagem para os autistas, nem suas especificidades tampouco suas necessidades, principalmente quando se sabe que os alunos autistas tem maiores dificuldades de adaptar a linguagem nas interações, então como ocorreria essa adaptação para eles. A ausência significa que cabe ao professor buscar respeitar e adequar o ensino de Língua Portuguesa à prática de letramento escolar, na expectativa de que leve em conta o meio social e identidade do aluno, compreendendo assim a linguagem como uma atividade sociocultural. Dessa forma, o documento define a linguagem de uma forma que vem a abranger as

diferenças culturais e individuais de cada sujeito, porém, ainda assim, focaliza a estrutura e os padrões da linguagem como formas de adaptação linguística do sujeito (externa ao aluno e não constituinte de sua identidade). Street (2014) vem defender que a língua e fala em vez de serem utilizadas no aspecto estrutural isolado, deve-se ser explicadas em um contexto social em diferentes tradições letradas.

Quando se fala na área das Linguagens:

Está voltada para a formação e o desenvolvimento integral dos sujeitos, em que são importantes a complexidade e o diálogo entre os componentes curriculares Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa, o respeito às manifestações em suas singularidades e diversidades, a visão plural e, ao mesmo tempo, singular no desenvolvimento pleno de todos os estudantes. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 58)

Para Kleiman (2016), quando se considera a dimensão social, torna possível uma construção de uma metodologia dialógica. Desta forma, quando consideramos esse entendimento, torna-se relevante o diálogo dos professores de outras áreas de conhecimento acerca do ensino, o que pode melhorar a aprendizagem dos alunos, principalmente o autista, utilizando-se de uma metodologia dialógica entre as disciplinas. Este trabalho interdisciplinar é algo essencial no ensino, principalmente com alunos autistas, que deve respeitar as suas limitações e contexto social no qual se encontram inseridos. Porém, pouco é mencionada a construção do ambiente educacional como um lugar de socialização e segurança para o aluno autista, para que a escola possa se tornar um lugar onde esse aluno possa se sentir acolhido, para ocorrer um melhor desempenho e desenvolvimento do ensino e, principalmente, da aprendizagem. Esta lacuna nos mostra que o documento se volta para a socialização das disciplinas já consagradas e não para “além das disciplinas”, o que nos permite interpretar que o espaço escolar e as ações de letramento baseiam-se em premissas normativas.

A atividade escolar:

Deve partir da contextualização dos conhecimentos dos estudantes nas esferas local, regional, nacional e internacional. Imersos nesse contexto, os estudantes apropriam-se de conceitos, procedimentos/habilidades, atitudes e valores produzidos pela humanidade e desenvolvem um pensamento crítico, criativo e solidário. Para tanto, o trabalho pedagógico deve propor situações e tarefas que favoreçam o estabelecimento de redes de

aprendizagens entre os estudantes, o que consiste em valioso recurso para a aprendizagem da convivência e do respeito à diversidade e às diferenças, elemento básico quando se trabalha sob a ótica da cultura da paz. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 52)

Quando partimos para compreensão que não se pode anular o meio social nas atividades propostas em sala de aula devemos considerar os conhecimentos do contexto social da região em questão, procurando dialogar com a diversidade cultural e contexto social de cada aluno.

Nesse contexto, quando se fala em atividades para o autista é normal que ocorra uma adaptação conforme as necessidades individuais de cada aluno, pois se uma atividade e metodologia funciona com um certo aluno isso não significa que funcionará com todos, pois quando partimos da compreensão que o sujeito possui a sua individualidade, que não têm como padronizar as pessoas e o contexto social, pois, cada sujeito é único e localmente situado, compreendemos que a adaptação de atividades para autistas se faz necessário em várias situações e que isso faz parte do processo de ensino e aprendizagem e da inclusão dentro da educação.

Desta forma, essa contextualização nas atividades só vem a trazer benefícios para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Mas ao mesmo tempo que o documento não especifica como essa adaptação deve acontecer para os autistas, vem apenas tratando de forma geral os alunos que possuem deficiências, e sabemos que cada deficiência tem suas especificidades e mediante elas as atividades devem se propor a adaptar de acordo com cada aluno. Então desta forma fica faltando orientações mais específicas acerca de como deve ser essa adaptação, ficando assim para os professores ter que buscar essas informações e adequações.

A avaliação do desempenho escolar do estudante:

Deverá ser realizada mapeando seu processo de aprendizagem referente aos avanços e dificuldades na organização dos estudos e considerando a assimilação dos objetos de conhecimento nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, com atenção à promoção do desenvolvimento das competências e habilidades, respeitadas as singularidades dos estudantes, mas maximizando o desenvolvimento acadêmico e social, oportunizando o direito à participação para o exercício da cidadania. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 39-40)

Sobre essa relação, o documento afirma que é preciso que o professor tenha o cuidado e sensibilidade na avaliação de alunos com alguma deficiência, para que

ocorra uma avaliação mediante as suas limitações e realidade social do sujeito, respeitando assim a individualidade desse sujeito. O próprio documento defende “respeitadas as singularidades dos estudantes”. Orientando assim que a avaliação de alunos com deficiências ocorra como um processo que deverá “realizar-se com a devida atenção para o atendimento das singularidades de cada estudante, conforme as orientações da Portaria SEEC/RN n. 1.878/20” (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 38). Fica explicitado que a avaliação deve ocorrer cuidadosamente, adequando as atividades e trabalhos conforme as necessidades dos alunos sempre buscando respeitar as suas limitações e avaliar mediante a realidade de cada aluno. No documento as discussões sobre os alunos que possuem deficiência são de uma forma geral, não detalhando as especificidades de cada deficiência e como deve acontecer cada avaliação.

O planejamento das situações didáticas:

Deve focar na progressão do conhecimento por meio da consolidação das aprendizagens anteriores; do contato desde cedo com a linguagem e sua (re)produção; da ampliação das práticas de linguagem; e da experiência estética e intercultural dos educandos, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Assim dentro ou fora da sala de aula, as vivências educacionais devem colaborar com a produção de saberes e, ao mesmo tempo, desenvolver a capacidade reflexiva e autônoma do educando para ampliar suas competências nas diferentes situações comunicativas. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 62)

O planejamento deve considerar a bagagem e vivências dos alunos durante a sua produção, considerando o contexto social, cultural e a identidade do aluno, devendo ter um cuidado redobrado com os alunos autistas. Deve busca, desta forma, ampliar o ensino e aprendizagem para além do padrão que por muito tempo foi cobrado e considerado único na educação. Estando assim voltado para o letramento social que Street (2014) defende como letramentos ideológicos, levando em consideração a cultura, as vivências e o meio social do sujeito.

Como indicação para a Educação Especial temos “o planejamento coletivo entre os professores da sala de aula comum e os professores de Educação Especial (apoio), intérprete, instrutores e professores de Libras” (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 36). A comunicação entre os professores de alunos autistas se torna indispensável. O planejamento deve ocorrer de uma maneira coletiva para um

melhor desempenho e adequação, sendo construído de uma forma leve e em união, com a colaboração de cada professor, o que só vai agregar conhecimento e experiência para o planejamento, facilitando o letramento do aluno.

Em contexto de inclusão:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades; é complementar ou suplementar à escolarização, e não substitutiva. Entre outras funções, a Educação Especial deverá realizar a operacionalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e prover serviços e recursos pertinentes às necessidades específicas dos estudantes na/com/para escola comum, considerando, a priori, a escola como “espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva” (BRASIL, 2017b, p. 14). (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 33-34)

Desta forma, fica evidente a importância da Educação Especial para os alunos com deficiência, sendo insubstituível, ocorrendo como um facilitador do ensino e aprendizagem dos alunos. Quando mencionamos a Educação Especial em relação a alunos autistas, fica explícito que é uma modalidade que vem suscitar grandes contribuições para a formação e aprendizagem de tais alunos, que, normalmente, tem maiores dificuldades de interação social e aprendizagem. O professor da Educação Especial vem exatamente para ser esse mediador do ensino para esses alunos, utilizando-se de recursos didáticos-pedagógicos obtidos previamente através de capacitações, cursos ou até mesmo da graduação na área.

Assim, através de um trabalho em conjunto sempre dialogando com os demais professores e os recursos que devem ser fornecidos pelas próprias escolas, para que possam tornar esse espaço da educação um ambiente de aprendizagem para todos de uma forma inclusiva, sempre buscando respeitar a individualidade, as vivências, os letramentos sociais de cada sujeito, para que através deste processo possa ocorrer um letramento inclusivo para todos.

Conforme determinado na LDB:

Os sistemas de ensino deverão garantir a organização pedagógica adequada às necessidades educacionais especiais dos estudantes, bem como a composição de quadro de professores com formação para atuar com a diversidade e as diferenças. Essa é uma diretriz política respaldada no movimento da Educação Inclusiva, paradigma educacional balizado na concepção de Direitos Humanos que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis (BRASIL, 2008). (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 34)

Neste contexto, estão inseridos os professores da Educação Especial que são profissionais específicos e especializados para o ensino de alunos com deficiências, que necessitam de auxílio no processo de ensino aprendizagem, que perpassa todos os níveis. Segundo o contexto citado acima, o aluno tem a garantia desse direito, mas existem muitos alunos com deficiências que necessitam de professores da EE, mas não possuem, pois, há uma demanda grande na busca por professores capacitados para atuarem na área. No RN tem faltando profissionais capacitados na área, chegando a ocorrer no último processo seletivo<sup>7</sup> do Estado, não conseguiram preencher todas as vagas ofertadas para professores da Educação Especial por falta de inscritos.

Desta maneira, há uma necessidade que o Estado invista e incentive a capacitação de profissionais na área, abrindo cursos gratuitos e até mesmo a graduação na área, pois não são ofertados cursos de graduação de Educação Especial nas universidades públicas do RN.

Para assegurar o direito de aprendizagem de todos os estudantes é importante considerar:

- a flexibilização/adaptação na forma e no tempo dos objetos do conhecimento apresentados na BNCC, conforme as especificidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial, incluindo os educandos em tratamento de saúde contínuo;
- a organização metodológica (tempo, recursos, estratégias acessíveis, agrupamentos e avaliação) com adequações e apoio, quando necessário;
- a acessibilidade física, comunicacional e pedagógica;
- a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) a ser aplicado nas salas de aula comuns;
- a adoção de estratégias interdisciplinares de avaliação para promover o processo de identificação dos estudantes com altas habilidades/superdotação, bem como a flexibilização curricular para o desenvolvimento dos potenciais nas respectivas áreas de interesses e superação das dificuldades nas demais áreas. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 37)

---

<sup>7</sup> EDITAL Nº 001/2022-SEEC/SEAD: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO. Disponível em:

[http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id\\_jor=00000001&data=20220226&id\\_doc=759209](http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20220226&id_doc=759209). Acesso em: 25 fev. 2023.

Em suma, a flexibilização e adaptação faz parte do letramento na Educação Especial, estando assim presentes nos tópicos do documento curricular a serem considerados importantes para que se assegure o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Para o aluno com transtornos globais do desenvolvimento “deverão ser consideradas as possibilidades do seu desempenho, podendo flexibilização do currículo, do tempo e dos recursos da tecnologia assistiva” (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 39). Desta forma, o professor tem que manter uma organização metodológica com as adequações e flexibilização sempre que necessário, procurando construir um ambiente de aprendizagem que considere a cada contexto social e individualidade do sujeito. O Plano Educacional Individualizado (PEI):

É um recurso pedagógico centrado no estudante, elaborado de forma colaborativa por estudante, professor da sala de aula regular, professor da Educação Especial, professor da SRM, família e equipe multiprofissional, que estabelece metas acadêmicas e funcionais que contemplem as habilidades psicomotora, socioafetiva, cognitiva, de linguagem e comunicação, de autonomia (atividades de vida diária e prática) e sensoriais. Tais habilidades podem ser desenvolvidas a partir dos objetivos acadêmicos e funcionais traçados para os alunos com necessidades educacionais especiais, nas áreas do conhecimento Matemática, Linguagem, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. O termo “funcional” refere-se às metas acadêmicas que possam ser úteis para a vida do estudante em sociedade. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 37)

Percebe-se, então, que a elaboração do PEI, evidencia o cuidado com a adaptação, sendo criado de uma forma coletiva por todos os profissionais envolvidos na educação do aluno e até mesmo com a colaboração da própria família, pode ser um grande facilitador para o ensino de alunos autistas. Para Street (2007), considerar o meio social, cultural do sujeito é de grande importância para o letramento, então vemos que o PEI é uma maneira de considerar esse meio social em que o autista estar ensino envolvendo assim todos os professores deste aluno e trazendo as vivências famílias do sujeito para a construção de um plano de aula onde se considera os meios sociais e culturais que esse sujeito está inserido.

O planejamento das situações didáticas para professores de Língua Portuguesa:

Deve focar na progressão do conhecimento por meio da consolidação das aprendizagens anteriores; do contato desde cedo com a linguagem e sua (re)produção; da ampliação das práticas de linguagem; e da experiência



estética e intercultural dos educandos, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Assim, o dentro ou fora da sala de aula, as vivências educacionais devem colaborar com a produção de saberes e, ao mesmo tempo, desenvolver a capacidade reflexiva e autônoma do educando para ampliar suas competências nas diferentes situações comunicativas. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 61-62)

O subtópico “Linguagens” do documento que trata sobre o ensino da Língua Portuguesa, apresenta o planejamento do professor de uma maneira geral, mesmo falando em considerar as vivências dos alunos, nele não se menciona o planejamento para alunos autistas. Seria interessante e necessário que neste subtópico tivessem orientações acerca do planejamento para alunos autistas e orientações para que ocorra um planejamento com o professor da Educação Especial. No documento “estão previstas dez competências específicas que deverão ser desenvolvidas de maneira transversal ao longo dos nove anos do ensino fundamental” (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p.62), quando se fala em competências e habilidades, deve-se ter o cuidado em relação ao aluno autistas, pois esses termos estão relacionados à capacitação e a uma eficiência. A realidade do aluno autista é diferente dos demais por vezes é necessário desenvolver outras capacidades, que não vemos essas orientações específicas sobre o ensino de alunos autistas no documento.

Quando falamos especificamente dos professores da Língua Portuguesa, deve-se buscar construir esse planejamento em conjunto com o professor da EE, até mesmo por que pode auxiliar e ajudá-lo a construir um planejamento com mais facilidade para se adequar aos alunos autistas, pois os profissionais da EE têm mais capacitações e estudos na área. Lembrando que os profissionais da EE adequarão quando necessários as atividades seguindo os assuntos dos professores titulares de cada disciplina, então se torna indispensável um planejamento em conjunto.

O Currículo do Rio Grande do Norte especificamente:

O componente curricular Língua Portuguesa privilegia abordagens que contemplem por meio de metodologias ativas os novos multiletramentos e as práticas da cultura digital, objetivando o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os nove anos do Ensino Fundamental. (RIO GRANDE DO NORTE, 2018, p. 62)

Para Kleiman (2016), quando se considera a dimensão social, traz grandes contribuições para o ensino aprendizagem da Língua Portuguesa. Desta forma, há

momentos em que o documento busca priorizar os multiletramentos, o que facilita o letramento de alunos com deficiências, buscando assim proporcionar um ambiente educativo inclusivo, considerando a dimensão social e cultural. Porém, por vezes, ficam orientações superficiais e em momentos estruturais, onde não se aprofundam em como deve-se acontecer esse processo, como o professor deve seguir para conseguir se aprofundar em um ensino e um planejamento que considerem o meio ideológico, social e cultural dos alunos autistas.

Assim, nesta análise, ficam explícitos a presença de pontos positivos sobre o letramento, mas, ao mesmo tempo fica notório que o documento, embora traga um subtópico sobre a Educação Especial, ainda se torna pouco material, em que há momentos que vem a tratar-se letramento por meio do contexto social ao qual Street (2014) defende, mas em outros trata de uma maneira estrutural e por vezes não exemplifica os detalhes de como esse letramento deve acontecer na prática para alunos autistas, ficando assim várias lacunas sobre algumas orientações acerca da Educação Especial, principalmente quando se fala do letramento de autista, o próprio documento não cita nenhuma vez o termo autista. Desta forma, prioritariamente o documento só fala em educação especial no seu subtópico (7.1 Educação Especial), não mencionando a educação especial e nem o autismo dentro do capítulo das linguagens e do ensino de Língua Portuguesa.

#### **4.2 Manual Informativo da Educação Especial: reflexões acerca do letramento**

O Manual Informativo da Educação Especial, publicado em 2022, veio tentar compilar as informações básicas sobre a Educação Especial, acrescentando informações e orientações que não estavam presentes no documento curricular do RN, assim dentro do documento pode-se perceber que ocorre um diálogo com esse Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e o incentivo ao seu uso.

No período em questão, a governadora era Maria de Fátima Bezerra, Getúlio Marques Ferreira era o Secretário da Secretaria Estadual De Educação, Da Cultura, do Esporte e Lazer, Magnólia Margarida dos Santos Morais Subcoordenadora De Educação Especial e Joás Ferreira Andrade Diretor da 1ª Diretoria Regional De

Educação E Cultura. A sua construção teve como apoio cultural a 1ª DIREC e Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e Lazer

O documento contém quarenta e cinco páginas divididas em dez capítulos, o documento menciona diretamente sobre o autismo apenas uma única vez e um comentário sobre o transtorno global do desenvolvimento, grupo que o autismo pertence. Este dado demonstra que mesmo sendo um documento exclusivo da Educação Especial ainda falta o aprofundamento acerca de como o letramento de alunos autista devem acontecer, como por exemplo quais orientações para o ensino da Língua Portuguesa para autistas.

Neste contexto, o documento vem tentar exemplificar quais os profissionais que atuam nesta área, sobre quais seriam suas funções e deveres, quem são os alunos que têm o direito a esses profissionais da área. Na construção do documento, destacamos as várias perguntas que são formuladas e respondidas, perguntas simples do cotidiano da Educação Especial, que são normalmente feitas pelos próprios profissionais que atuam na área.

Segundo o Manual, o professor de Educação Especial é o “profissional que atua junto ao aluno com deficiência, em sala de aula, com sequela de paralisia cerebral, transtorno global do desenvolvimento, e transtorno funcional específico, segundo a Resolução 02/2012- CEE/RN” (SILVEIRA, 2022, p. 16). O Transtorno do Espectro Autista (TEA) faz parte do grupo de transtorno global do desenvolvimento, integrando assim o grupo de alunos que necessitam de professor de Educação Especial, dependendo do seu grau. São atribuições do professor de Educação Especial:

- Colaborar com o professor titular, na mediação do processo de ensino aprendizagem do educando (Resolução, 03/2016 CEE/CEB, art. 09, inciso I).
- Atuar de forma articulada com os demais professores da sala de ensino comum e da Sala de Recursos Multifuncionais e coordenação pedagógica. (Nota Técnica nº 19/2010).
- Participar das atividades promovidas pela comunidade escolar, colaborando para a plena participação do estudante com NEE, e etc.
- Realizar o planejamento sistemático com a equipe pedagógica da escola e com os professores da classe de ensino comum e da Sala de Recursos Multifuncional mediado pelo coordenador pedagógico.
- Elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI) a partir de contribuições e orientações da equipe pedagógica da escola.

- Redigir relatório semestral apresentando os objetivos trabalhados durante o semestre e as necessidades específicas, possíveis avanços e retrocessos do estudante nos aspectos acadêmicos, relacionais, autonomia e participação. (SILVEIRA, 2022, p. 16-17)

Percebe-se que o professor da Educação Especial tem a indicação e dever de trabalhar em conjunto com os demais professores, o que pode melhorar o ensino e aprendizagem do aluno. Havendo essa interação e adaptação do material segundo as necessidades do aluno se tornam mais prática. O professor terá que adaptar quando necessário o material segundo o plano de aula dos demais professores, que seguirá os assuntos propostos por eles, sobre essa relação, a escola deve fornecer as ferramentas e materiais necessários para que esse processo possa ocorrer da melhor forma possível. Quando consideramos que, segundo Street (2007), as práticas de letramento são construídas a partir da identidade e personalidade do sujeito. A adaptação de matérias faz parte das práticas de letramento a qual vem considerar a realidade do meio social deste sujeito e sua individualidade.

Espera-se que o professor facilite a participação do estudante em atividades propostas pela escola, ajudando assim na socialização desse sujeito e na comunidade escolar. Dessa forma, o professor da Língua Portuguesa deve trabalhar em conjunto com o profissional da EE buscando construir uma melhor adequação para alunos com autismo, o que vem a facilitar o seu planejamento e ter um suporte de uma profissional especializado na área. Desta maneira, ser professor da educação especial, é considerar o meio social e individualidade deste sujeito assim como Street (2007) defender que o letramento social, então esse professor pode facilitar e ajudar para que ocorra um letramento considerando o meio social e a realidade deste sujeito.

Para Street (2014), no campo do letramento não se tem como desvincular a teoria e a prática de suas raízes de ideológicas, então as teorias utilizadas nos planejamentos devem considerar as vivências do aluno autista e buscar a elaboração deste por meio de um diálogo entre professores e familiares podem fazer com que esses conhecimentos em conjunto proporciona para o aluno autista um melhor ensino aprendizagem. Segundo o Manual, a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), é considerado indispensável, defendendo assim, que o aluno da EE seja tratado conforme a sua individualidade, o contexto social em

que ele está inserido, pois, assim o processo de ensino aprendizagem do mesmo ocorrerá da melhor forma possível. Mas ao mesmo tempo ainda ficam indagações sobre detalhes de como esses professores farão esse planejamento. Para isso acontecer o profissional da área deve construir o PEI em conjunto com a equipe pedagógica e segundo as informações prévias do aluno.

Segundo o manual, o planejamento deve ocorrer “em conjunto com os professores titulares, SRM<sup>8</sup> (se houver) e coordenação pedagógica. Bem como as adaptações das atividades deverão ser realizadas em parceria, levando em consideração as diretrizes do currículo escolar.” (SILVEIRA, 2022, p). O planejamento faz parte do processo de ensino e aprendizagem, o professor da Língua Portuguesa e o professor da EE devem seguir essas orientações e estar consciente que a mudança faz parte desse processo, principalmente em alunos com deficiências constantemente o professor tem que adaptar e modificar situações simples do cotidiano escolar, e desenvolver metodologias que funcionem com os alunos autistas. Levar em conta esse planejamento e adaptação em conjunto, significa pensar mediante os estudos de Street (2014), sobre como os Novos Estudos dos Letramento.

As adaptações das atividades devem ser:

Preferencialmente ser realizado por todos que fizerem parte do processo e não só pelo professor da Educação Especial. As trocas de experiência entre os professores envolvidos podem ser grandes estratégias de aprendizagem e só trará enriquecimento aos planejamentos/atividades. Orienta-se fazerem uso do currículo proposto pelo Estado do RN na construção dos planejamentos. (SILVEIRA, 2022, p. 39)

Esta visão pode auxiliar os professores a construírem um letramento ao quão venha considerar as ideologias e vivências deste sujeito. Essa troca de experiências entre os professores vem agregar conhecimento para enriquecer o planejamento, devendo assim fazer parte da Educação Especial, pois em conjunto será mais fácil construir melhorias para o processo de ensino aprendizagem dos alunos autistas. Chamamos a atenção para a indicação do uso do documento curricular do RN, presente em vários momentos do manual da Educação Especial, o que vem

---

<sup>8</sup> SRM: Sala de Recursos Multifuncionais

demonstrar a presença de um diálogo entre os dois documentos e a reafirmação de conceitos e aprofundamento de outros. Mas que mesmo assim trata os alunos autistas de uma maneira superficial, não se aprofundando nas orientações, mas sim deixando orientações gerais para os alunos deficientes.

Professor de sala de recursos multifuncionais:

Trata-se do profissional que possua pedagogia ou alguma licenciatura, que apresente cursos na área da Educação Especial com no mínimo 180 horas e que passe por uma entrevista 20 com a Supervisão da Educação Especial da DIREC. Este profissional deve atuar em um Espaço físico, com mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos, acessibilidade e equipamentos específicos, onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado para estudantes da rede pública da Educação Especial, matriculados na escola regular, em seu contraturno, com horário agendado, geralmente dois dias por semana, sendo encontros de 50 minutos. O atendimento educacional especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (SILVEIRA, 2022, p. 19-20)

O professor da sala de recurso multifuncionais é um facilitador no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiências, para colaborar e ajudar na elaboração do planejamento e metodologias que vão ajudar individualmente cada aluno com deficiência, novamente incentivando e considerando a individualidade de cada aluno. Street (2014) defende que o letramento deve considerar as ideologias e as práticas culturais. A sala de recursos multifuncionais, pode ser um facilitador para que essa visão de letramento seja colocada em prática para os alunos autistas.

Dentro deste contexto, algo importante que o documento deixa claro, é que essas aulas não substituem a escolarização, mas sim vem a complementar e ajudar no processo de ensino aprendizagem. A indicação de profissionais renomados da área da educação é que o autista deve conviver em sala de aula com os outros alunos para se preparar para ter uma vida social ativa, já que normalmente a convivência social é um dos grandes desafios que o autista enfrenta. Caso ocorra de o aluno autista se restringir apenas às aulas da AEE, isso teria um grande impacto negativo para o seu desenvolvimento social e do ensino aprendizagem.

Quem deve ser assistido pelo professor da AEE:

De acordo com as Disposições Gerais, Cap. II, Art. 4º Considera-se aluno da Educação Especial e o público-alvo do AEE que apresenta necessidades educacionais específicas em decorrência de:

II - Transtornos do Espectro Autista com quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que afetem a aquisição de competências e habilidades próprias do nível de ensino no qual está inserido; (SILVEIRA, 2022, p. 23-24)

O Transtorno do Espectro Autista é um dos públicos-alvo do AEE, ressaltando que as aulas são apenas um complemento, como ajuda para o aluno. Mas segundo o próprio documento “por vezes acontece do aluno dispensar o suporte do Professor da Educação Especial” (SILVEIRA, 2022, p. 24).

Orientação sobre quantos alunos podem ter em uma mesma sala de aula:

Os documentos existentes sobre a Educação Especial do Estado do RN não limitam a quantidade de alunos NEE por turma. No entanto, orientamos para que a equipe diretiva organize seus professores de modo a atender prioritariamente aos alunos com maior comprometimento pedagógico; evitar sempre que possível, colocar mais de 3 alunos por sala, já que em cada turma só pode ter um professor de Educação Especial. Orienta-se ainda que mesquem os graus de dificuldade visando melhor atendê-los, caso tenham mais de um aluno na turma. (SILVEIRA, 2022, p. 25)

Nesse contexto, percebemos que o documento vem a trazer uma orientação a mais do que no Documento Curricular do RN, havendo assim um diálogo e acrescentado orientações básicas que possam vir a ajudar os professores, escolas e familiares a tirar dúvidas existentes no documento anterior sobre a Educação Especial, pois, o manual da Educação Especial responde algumas perguntas básicas que eram recorrentes nesse meio. Acrescentando assim uma orientação importante acerca da quantidade de alunos NEE por sala, procurando melhorar o atendimento e o ensino aprendizagem dos alunos, principalmente quando cada aluno pode ter uma deficiência diferente e deve ter um acompanhamento específico dos educadores. Por outro lado, ainda são poucas informações especificamente para o letramento dos alunos autistas, falando mais de uma maneira geral sobre o ensino da Educação Especial.

Portanto, o Manual Informativo da Educação Especial faz parte de mais uma conquista da educação do RN, principalmente da Educação Especial, trazendo novas informações e orientações que não estavam presentes no documento anterior. Demonstrando assim uma preocupação do estado com a área, mas, ao mesmo tempo, ainda há um campo amplo para ser desenvolvido acerca da Educação Especial e principalmente sobre informações sobre a educação de autistas a qual fica notório que se tem informações limitadas nos dois documentos analisados, ficando assim muitos questionamentos ainda acerca desta área.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivamos refletir sobre o letramento em dois documentos oficiais do Rio Grande do Norte, o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e o Manual Informativo da Educação Especial, a fim de refletir sobre os processos didático-pedagógicos que norteiam os professores de Língua Portuguesa e de Educação Especial nas práticas de letramento nas escolas do RN com alunos autistas. Para tanto, traçamos como objetivos específicos:

- a) Compreender o tratamento oferecido ao letramento nos documentos oficiais, mediante as necessidades de trabalho em conjunto por parte dos professores de Língua Portuguesa e dos professores da Educação Especial, com enfoque nos alunos autistas;
- b) Analisar as diretrizes sobre o ensino de Língua Portuguesa e a Educação Especial em dois documentos oficiais, o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e Médio e o Manual Informativo da Educação Especial.

Na segunda sessão, intitulado “Letramentos e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, dialogamos com a teoria no letramento no campo da Linguística Aplicada, mostrando as especificidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Este diálogo permitiu-nos compreender o letramento enquanto prática social indispensável ao processo de ensino e aprendizagem da disciplina de Língua Portuguesa em sala com professores da disciplina e professores de Educação Especial.

Na terceira sessão, intitulado “Procedimentos metodológicos”, traz a metodologia utilizada durante a pesquisa e a descrição dos documentos oficiais, Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e Médio e o Manual Informativo da Educação Especial. Na quarta sessão, o enfoque foi nas análises sobre as diretrizes que norteiam o ensino de Língua Portuguesa nestes documentos.

Ao analisarmos o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e Manual Informativo da Educação Especial, notamos um diálogo presente entre eles. O Manual Informativo da Educação Especial acrescenta informações e orientações que não estavam presentes no documento anterior, demonstrando um interesse do

Estado com as informações sobre a Educação Especial, pois o documento curricular deixou lacunas e dúvidas acerca da educação de alunos especiais principalmente alunos autistas, pois o Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental não veio a mencionar nenhuma vez o termo autista ou TEA.

Ao abordar esta temática, o trabalho possibilitou ampliar o entendimento para o fato de que, mesmo que esses documentos sejam grandes conquistas para a educação de alunos com deficiências, ainda deixam várias lacunas. A educação do Estado deve buscar continuar a tentar saná-las, para que a educação destes alunos possa avançar com a melhor qualidade possível e os professores tenham suas ações norteadas por diretrizes esclarecedoras e problematizadoras, no sentido de que o documento não seja um padrão firmado no ensino tradicional de Língua Portuguesa, mas que inspire e crie condições para os docentes levarem em conta as especificidades locais, regionais e, principalmente, identitárias dos alunos.

Neste sentido, faz-se necessário que o Estado invista cada vez mais em políticas públicas para que o que foi – e ainda precisar ser - defendido e orientado nos documentos oficiais do RN venham realmente ser colocados em práticas, como, por exemplo, implantações de cursos de graduação em Educação Especial ofertados em universidades públicas, capacitações e minicursos para professores que já estão exercendo sua profissão, concursos que ofereçam mais vagas e valorizem os profissionais da área, dentre outras ações.

Notamos, com este trabalho, que ainda se tem um longo processo para que as orientações dos documentos curriculares venham a ser discutidas e colocadas em prática nas escolas e que se faz necessário o investimento e o cuidado para que se implemente as orientações presentes nos documentos, principalmente que se tenha maior espaço/voz/escuta para os professores, tanto da disciplina de Língua Portuguesa quanto professores de Educação Especial que possuem suas práticas em contexto real de sala de aula com alunos autistas.

Portanto, consideramos que a temática tem grande relevância social e educacional e se faz necessária por meio de novas pesquisas que aprofundem-na para que possamos avançar cada vez mais na Educação Especial, o que se torna urgente mediante ao aumento de alunos autistas nas escolas nos últimos anos.

Com esta pesquisa, ficou claro que, para que ocorra um melhor planejamento e estratégias pedagógicas para o aluno autista, faz-se necessário o trabalho em

conjunto entre o professor de Língua Portuguesa e os professores da Educação Especial e a família do aluno.

Destacamos, que no Documento Curricular do RN – Ensino Fundamental e o Manual Informativo da Educação Especial, temos colocações que consideram a individualidade do sujeito no processo de ensino e aprendizagem e orientações para que os professores considerem as especificidades dos alunos com deficiências durante todo o processo de ensino e aprendizagem, respeitando o contexto cultural do sujeito e buscando adequar o ensino segundo as necessidades educacionais de cada um. Incentivar a busca de um planejamento em conjunto por parte dos professores, podendo incluir a própria família do aluno no processo de planejamento, o que certamente vai trazer melhorias para esse planejamento e para a execução.

Porém, analisamos que mesmo com o avanço e a conquista de um documento Estadual próprio para a Educação Especial, ainda destacamos as necessidades de que tenham novos documentos que se aprofundem acerca de orientações sobre os letramentos de alunos de acordo com cada deficiências, principalmente sobre o autista, ficou claro ao longo das análises dos documentos que se tem, poucas orientações e informações sobre esses alunos.

Ressaltamos que a criação e publicação do Documento Curricular do RN - Ensino Fundamental em 2018 e o Manual Informativo Da Educação Especial em 2022, foram grandes conquistas para toda a área da educação do RN. Ainda, ressaltamos a importância e urgência de que o estado venha a concluir o do Documento Curricular do RN - Ensino Médio.

Enfim, considerando o cenário apresentado durante a pesquisa, percebemos a relevância da temática proposta e como esse campo necessita de mais pesquisas. Desta maneira, compreendemos que o tema está inserido num campo amplo a ser pesquisado. Entendemos que as discussões não se encerram aqui, pelo contrário, são os primeiros passos para novos diálogos que se abrem para mais estudos acerca do letramento de alunos autistas no ensino de Língua Portuguesa e vivência de linguagem

## REFERÊNCIAS

AIRES, A.M P.; GARCIA, M. de F.; BRITO, N. **Educação integral no ‘Documento Curricular do Rio Grande do Norte: Ensino Fundamental’**: potencialidades interculturais e decoloniais. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 15, n. 33, p. 845-864, set./dez. 2021. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde> . Acesso em: 23 fev. 2023.

ALMEIDA, Aline. **TEA**: transtorno do espectro autista, distúrbio do neurodesenvolvimento. ESPAÇO DO POVO. 20 de fev. 2023. Disponível em: <https://www.espacodopovo.com.br/saude/tea-transtorno-do-espectro-autista-disturbio-do-neurodesenvolvimento/> . Acesso em: 23 fev. 2023

ALMEIDA, Flávio Aparecido (org.). **Autismo**: avanços e desafios. Guarujá, SP: Científica Digital, 2021. Disponível em: <http://www.editoracientifica.org/books/isbn/978-65-5360-008-9>. Acesso em 01 fev. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei número 9394, 1996.

CASAGRANDE, Rosana de Castro; MAINARDES, Jefferson. **O Campo Acadêmico da Educação Especial no Brasil**. Rev. Bras. ed. Esp., Bauru, v.27, e0132, p.119-138, jan. Dez, 2021.

CPERS. **Governo Lula revoga decreto sobre política de Educação Especial e medida é celebrada**. 2023. Disponível em: <https://cpers.com.br/governo-lula-revoga-decreto-sobre-politica-de-educacao-especial-e-medida-e-celebrada/> . Acesso em 25 de jan. de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

KLEIMAN, Angela B.; ASSIS, Juliana Alves. **Significados e ressignificações do letramento**. 1ª ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

LIMA, Iraci de Souza; RIBEIRO, Michelle Katula Siqueira. **Um estudo sobre o processo de alfabetização e letramento, junto aos alunos do 6º ano do ensino fundamental II em uma escola estadual de Manaus**. Research, Society and Development, v. 11, n. 13. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35933> . Acesso em 23 de mar. de 2023.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOITA LOPES, L. P. **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

MOITA LOPES, L. P. **Da aplicação linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar**. In: PEREIRA, R. C; ROCA, P (Org.) **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.

PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Maria del Pilar. **Linguística Aplicada: Um caminho com diferentes acessos**. 1. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação e da Cultura. **Documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte – Ensino Fundamental**. 1ª. ed. Natal: Offset, 2018. *E-book*.

SABARÁ, S. E. J.; GONÇALVES, T. G. G. L.; HAYASHI, M. C. P. I. **Alfabetização e Letramento na Educação Especial: Um Panorama das Teses e Dissertações Brasileiras**. Poiesis, Tubarão/SC, v. 16, n. 30, p. 377-395, jul-dez, 2022.

SANTOS, Simone Martins dos; TEIXEIRA, Zenaide Dias; PORTO, Marcelo Duarte. **Alfabetização e letramento: um olhar para o processo de aprendizagem de crianças com o transtorno do espectro autista (TEA)**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 316 - 332, maio/ago. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2021.v17n2a42788> . Acesso em 23 de mar. de 2023.

SCHMIDT, Carlos. **Autismo, Educação e transdisciplinaridade**. 1ª ed. Campinas, SP: Papiros, 2013.

SILVA, Renilda Pereira. **Inclusão escolar: os fatores que dificultam o processo de inclusão de alunos com NEE no ensino regular**, 2022. Tese (mestrado). Escola Superior de Educação Politécnica de Coimbra.

SILVEIRA, Ana Paula. **Manual informativo da Educação Especial**. 1. ed. Natal: Cactus Editora, 2022. *E-book*.

SILVIA, Francisco Canindé; CUNHA, Aldeci Fernandes. **Políticas de Educação Especial no contexto da BNCC**. In: CUNHA; Aldeci Fernandes, GURGEL; Iure Coutre, CARVALHO; Martha Milena Fontenelle. **Educação Especial inclusiva em diálogos**. Curitiba: CRV, 2022, 11-23.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

PORCINO, José Marciel Araújo *et al.* **Transtorno do Espectro do Autismo e o Processo de Mentalização: Um Processo De Reestruturação Cognitiva**. In: ARAGÃO, Gislei Frota. **Transtorno do espectro autista**. Campina Grande: Editora Amplla, 2022, 21-32.

STREET, Brian. **Perspectivas interculturais sobre o letramento**. Filol. Limgüíst. Port., n. 8, p. 465-488, 2007.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução Marcos Bagno. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.